

Flávio Sandrini assume Presidência da Fenavist

Conheça o novo presidente

Pág: 7



Fenavist elege nova diretoria para o quadriênio 2026/2030

Pág: 6

Segurança Privada e entidades
parceiras unem forças em campanha
pela proteção das mulheres

Pág: 8

Regulamentação da Lei nº 14.967/2024
marca uma nova era para o setor

Pág: 14

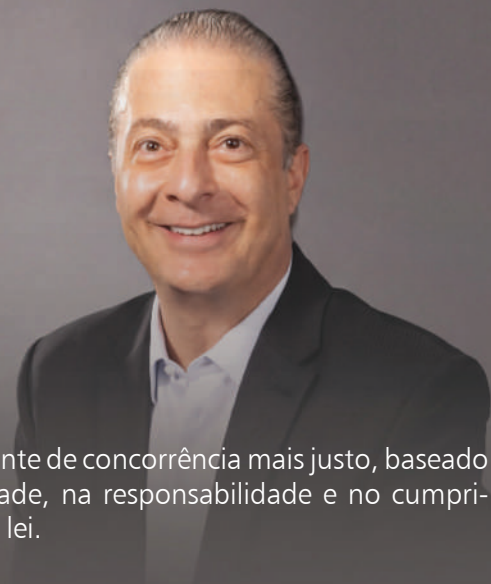


Há 80 anos a CNC faz parte da história de quem faz o futuro do Brasil acontecer.

Há 80 anos a CNC atua em favor do setor empresarial contribuindo para o crescimento de um Brasil forte e próspero. Viu nascer gerações de empreendedores que empregam e movimentam a economia. Hoje, são mais de 7 milhões de estabelecimentos representados que geram mais de 43 milhões de empregos. **É um orgulho para a CNC participar da história do Brasil e de tantas gerações de brasileiros.**



Construindo o futuro da Segurança Privada



Assumir a Presidência da Fenavist é, para mim, uma grande honra e, acima de tudo, uma enorme responsabilidade. Recebo essa missão com o compromisso de dar continuidade ao trabalho realizado pela Federação ao longo dos últimos anos, fortalecendo a representatividade do setor e ampliando o diálogo com os sindicatos, as empresas, a Polícia Federal, o Congresso Nacional e toda a sociedade. A eleição da chapa “Fenavist – Integração e Representatividade” simboliza o caminho que queremos seguir: uma Federação cada vez mais unida, madura e presente nas decisões que impactam a Segurança Privada brasileira.

Iniciamos este mandato em um momento histórico. A regulamentação da Lei da Segurança Privada representa uma verdadeira virada de chave para o nosso segmento. Depois de mais de quatro décadas convivendo com uma legislação que já não acompanhava a evolução do mercado, passamos a contar com um marco regulatório moderno, capaz de impulsionar o desenvolvimento da atividade, ampliar a segurança jurídica e fortalecer a atuação das empresas que trabalham dentro da legalidade. Agora começa uma nova etapa: transformar esse avanço legal em resultados concretos para o setor.

Nossa prioridade será contribuir para a implementação efetiva dessa legislação. O fortalecimento da fiscalização, em parceria com a Polícia Federal, será fundamental para reduzir a atuação clandestina e valorizar as empresas regularmente autorizadas. O combate à informalidade significa mais segurança para contratantes, trabalhadores e para toda a sociedade. A expectativa é construir

um ambiente de concorrência mais justo, baseado na qualidade, na responsabilidade e no cumprimento da lei.

Ao mesmo tempo, teremos importantes pautas institucionais pela frente. A Fenavist continuará acompanhando temas como a Reforma Tributária, as discussões sobre jornada de trabalho e a necessidade de aperfeiçoamento da legislação referente ao programa de aprendizagem, em busca de soluções compatíveis com as características da atividade de Segurança Privada. Nosso compromisso será defender propostas equilibradas, construídas por meio do diálogo e capazes de conciliar desenvolvimento econômico, segurança jurídica e valorização do setor.

Também acredito que uma Federação forte depende de sindicatos fortes. Integração significa ouvir as demandas regionais, compartilhar experiências, construir soluções conjuntas e levar ao Congresso Nacional uma representação cada vez mais qualificada dos interesses da categoria.

Assumo este mandato com entusiasmo, respeito à história construída pela Federação e confiança no potencial do nosso segmento. Tenho convicção de que, trabalhando de forma integrada, transparente e democrática, construiremos uma Fenavist ainda mais representativa e um setor cada vez mais moderno, valorizado e preparado para os desafios dos próximos anos. Vamos juntos!

Flávio Sandrini

Presidente da Fenavist



Presidente

Flávio Sandrini Baptista

Vice-Presidente

Jeferson Furlan Nazário

Superintendente

Ana Paula Queiroga

Vice-Presidentes

Odair de Jesus Conceição, Sandro Ataíde Moura, Edmilson Pereira de Assis, Carlos Gualter Gonçalves de Lucena, Autair Iuga, Luis Gustavo Silva Barra, Dilmo Wanderley Berger, Lauro Santana Silva, Deuci Fátima Soares, Alfredo Vieira Ibiapina Neto, Avelino Lombardi, João Eliezer Palhuca, Edimar Barbosa, Urubatan Estevam Romero, Alex Bortoletti, Andréa Carla Gomes Ferreira, Leslie Castelo de Vasconcelos, Alexandre Tavares de Melo, Paulo Roberto da Cruz Azevedo, Bruna Medeiros, Allan James França Benjamin, Amilo José do Pilar, Ângelo Roberto Jacomini, Tatiana Pereira Chelest Miras Diniz, AntonioFernandoPereira de Carvalho, Vanessa Ligia Machado, Marco Antônio LopesdaSilva, Maurice Braunstein, Luis Fernando de Azevedo da Silva, Felipe Gomes Maciel, Luiz Ivan da Silva Araújo.

Vice-Presidentes Adjuntos

Sidney Tinoco, Carllins Ferraz dos Santos, Mirian Salete Bazote, Marcelo Roberto Bianchin, Fernando Henrique Ribas, Henrique Cypriano do Nascimento, Sílvia de Azevedo Oliveira, José Evaldo Vieira, Paulo Roberto da Cruz Azevedo, Francisco Aldir Carneiro Frota Júnior, Rafael Mendes Alcântara, Carlos Anselmo de Sousa, Aldair Neves Pinto Júnior, Alípio José de Melo Castelo Branco Júnior, Paulo Gonçalves da Silva, Leonardo Vieira, Denilson Colodetti Pinheiro, Eginardo de Oliveira Silva, Halano Soares Cunha, José Jacobson Neto, Wanderson Rocha Araújo, João Batista Diniz Junior, Luiz Fernandes da Silva, Kelly Regina Simões Cossiaki, Francisco de Assis Bezerra da Fonseca, Joseph Ribamar Madeira, Daniele Capobiango, Bruno Braga Fernandes, Alberto Mario Alves Fonseca, Breno Gomes Nicolau, José Rodrigo Gomes da Silva, Fabiano Barreira da Ponte, Luiz Carlos Cantanhede Fernandes, Maria Aparecida Freire.

Vice-Presidentes Regionais

José Pacheco Ferreira, Agostinho Rocha Gomes, Ivan Hermano Filho, Renato Fortuna Campos, Sílvia Renato Medeiros Pires.

Vice-Presidentes Regionais Adjuntos

Carlos Anselmo de Sousa, Alípio José de Melo Castelo Branco Júnior, Paulo Gonçalves da Silva, Aldair Neves Pinto Júnior, Leonardo Vieira.

Conselho Fiscal

Amauri de Oliveira Soares, Denilson Colodetti Pinheiro, Cláudio Neves, Marcus Vinicius Castro do Nascimento, Halano Soares Cunha, Wanderson Rocha Araújo.

Delegados Representantes

Flávio Sandrini Baptista, Jacymar Daffini Dalcami, Odair Conceição, Waldemar Pellegrino Júnior.

Conselheiros Sesc/Senac

Alípio José Castelo Banco Jr, Lélvio Vieira Carneiro, Jefferson Simões, João José Andrade de Almeida.

Conselho de Ex-Presidentes

Eunício Lopes de Oliveira, Jeferson Furlan Nazário, Lélvio Vieira Carneiro, Cláudio Neves, Jefferson Simões, Odair Conceição.

Produção

Proativa Comunicação
www.proativacomunicacao.com.br

Jornalista Responsável

Flávio Resende – RP 4237-DF
flavioresende@proativacomunicacao.com.br

REDAÇÃO E EDIÇÃO

Aline Ramos e Flávio Resende

REVISÃO

Fátima Loppi

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Rogério Porfírio

IMPRESSÃO E TIRAGEM

Gráfica Positiva - 2.500 exemplares

Mande suas sugestões de pauta para:
proativa@proativacomunicacao.com.br

Fenavist

Ed Prime – SBS Qd 2 – Lote 15 – Bl. E – 16º andar
Salas 1.601/1.602 – CEP: 70070-120
Brasília-DF – Brasil Tel: 55 61 3327-5440
www.fenavist.org.br
fenavist@fenavist.org.br

A REVISTA FENAVIST SEGUE AS NOVAS NORMAS DO ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA.



NESTA EDIÇÃO

- 6** - Fenavist elege nova diretoria para o quadriênio 2026/2030
- 7** - Conheça o presidente Flávio Sandrini
- 8** - Segurança Privada e entidades parceiras unem-se para proteção de mulheres vítimas de violência
- 10** - Entrevista: Denise Vargas - Delegada de Polícia Federal
- 14** - Lei nº 14.967/2024: Regulamentação do Estatuto da Segurança Privada marca nova era para o setor no Brasil
- 16** - Modelo 6x1 e a jornada de trabalho no Brasil: equilíbrio, segurança e diálogo para o setor de Segurança Privada
- 18** - Artigo: Informalidade na Segurança Privada: um desafio o que coloca em risco empresas, profissionais e a sociedade
- 20** - Radar Legislativo
- 22** - Setor de Segurança Privada defende capacitação técnica para uso seguro de spray de pimenta por mulheres
- 24** - Estatuto do Aprendiz: Fenavist defende aprovação imediata no Senado para evitar colapso financeiro no setor
- 26** - Cibersegurança e Segurança Privada: integração ganha força com novo marco regulatório
- 28** - Informação Segura
- 33** - Fenavist divulga novas apostilas atualizadas de formação da Segurança Privada
- 34** - Segurança Privada cresce, gera empregos e inicia novo ciclo com marco regulatório histórico
- 37** - Coluna Fenavist
- 45** - Fenavist fortalece presença digital e amplia comunicação em tempo real com o setor
- 46** - Artigo: As novas portarias da Polícia Federal, a batalha contra a clandestinidade e os cuidados que o setor deve ter
- 49** - Sindicatos
- 53** - Gente com Diogo Graciliano
- 54** - Gente com Allann França
- 55** - Galeria de fotos
- 59** - Agenda



Fenavist elege nova diretoria para o quadriênio 2026/2030

Chapa “Fenavist – Integração e Representatividade” foi eleita por aclamação para conduzir a Federação nos próximos quatro anos. Diretoria conta com empresários das cinco regiões do país

Aline Ramos

A Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) elegeu, por aclamação, a chapa “Fenavist – Integração e Representatividade” para conduzir a entidade no mandato correspondente ao período de 22 de julho de 2026 a 21 de julho de 2030, conforme previsto em seu Estatuto Social. A nova diretoria assume com o compromisso de fortalecer a atuação institucional da Federação, ampliar o diálogo com os sindicatos filiados e defender pautas estratégicas para o desenvolvimento do setor de Segurança Privada e Transporte de Valores em todo o país.

À frente da nova gestão está o empresário Flávio Sandrini Baptista, e Jeferson Furlan Nazário, assume como vice-presidente. A eleição reforça a continuidade do trabalho desenvolvido pela entidade nos últimos anos, com foco na representatividade nacional, segurança jurídica, modernização do setor e no fortalecimento das relações institucionais.

O presidente anterior da Fenavist, Jeferson Nazário, destacou a importância da transição e da continuidade do trabalho realizado pela Federação. “Encerramos este ciclo com a certeza de que a Federação seguirá em boas mãos. Passamos o bastão para uma gestão preparada, comprometida com o diálogo e com a defesa permanente do setor de Segurança Privada no Brasil”, afirmou.

Conheça o presidente **Flávio Sandrini**

O que o motivou a aceitar a Presidência da Fenavist?

Aceitei este desafio com senso de responsabilidade e convicção de que a Segurança Privada vive um momento decisivo. Quero contribuir para fortalecer a representatividade do setor, aproximar ainda mais a Federação dos sindicatos filiados e construir soluções coletivas para os desafios que impactam as empresas em todo o país.

Qual o principal aprendizado que leva da sua trajetória no SESVESP para este novo ciclo?

Aprendi que os melhores resultados surgem do diálogo, da união e de uma representação institucional forte. Na Fenavist, quero colocar essa experiência a serviço de uma atuação nacional cada vez mais estratégica, integrada e comprometida com o desenvolvimento da Segurança Privada.

Na sua visão, o que não pode faltar em um bom líder?

Capacidade de ouvir, dialogar e construir consensos. Liderar é unir diferentes perspectivas em torno de objetivos comuns, sempre com ética, transparência, visão estratégica e respeito às pessoas.

Que conselho deixa para quem está iniciando no setor de Segurança Privada?

Que veja a Segurança Privada como uma atividade essencial para a sociedade e invista constantemente em qualificação. O crescimento profissional também passa pelo trabalho em equipe, pela ética e pela participação nas entidades representativas, fundamentais para fortalecer o setor.

Existe algum hábito que faz questão de manter todos os dias?

Sim. Diariamente faço minhas orações e leio o Salmo 91. É um momento de fé e reflexão que faz parte da minha rotina.

Como gosta de aproveitar o tempo livre?

Sempre que possível, gosto de andar de moto, um momento em que consigo refletir e renovar as energias. Também faço questão de dedicar tempo à minha família e aos amigos, minha maior fonte de equilíbrio.

Como gostaria de ser lembrado ao final deste mandato?

Como alguém que trabalhou para fortalecer a união do setor e consolidar uma Fenavist ainda mais representativa, próxima dos sindicatos e preparada para os desafios. Meu maior objetivo é deixar bases sólidas para que a Segurança Privada continue a crescer e seja cada vez mais valorizada no Brasil.

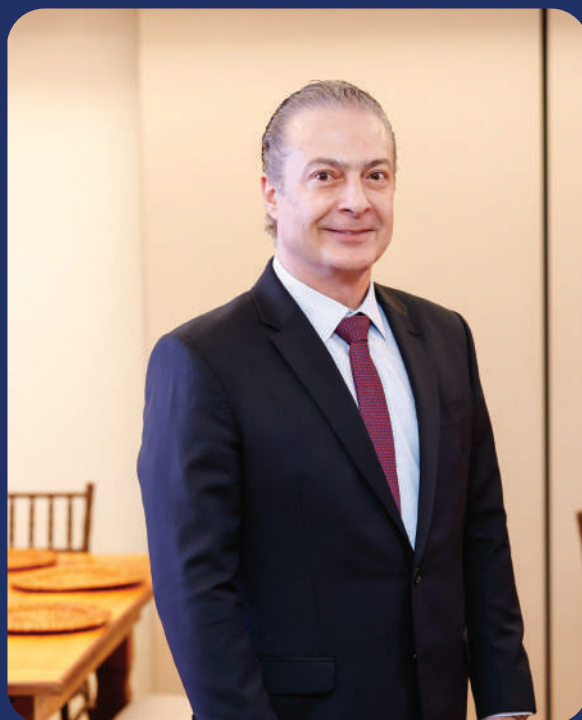


Foto: Gilberto Cardoso

Segurança Privada e entidades parceiras unem-se para proteção de mulheres vítimas de violência

A campanha “Segurança Privada: Por Elas, Para Elas” capacita e mobiliza profissionais para atuarem como agentes de acolhimento e proteção em todo o país

Aline Ramos

A atuação do setor de Segurança Privada no Brasil ganha uma nova dimensão com a campanha “Segurança Privada no Combate à Violência Contra a Mulher”, que tem como slogan “Segurança Privada: Por Elas, Para Elas”. Coordenada pela Polícia Federal, em parceria com a Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) e entidades de classe, a iniciativa foi lançada em 5 de agosto, em Brasília.

A campanha integra um Plano Nacional estratégico e busca preparar profissionais de Segurança Privada para identificar sinais de violência, acolher vítimas com sensibilidade e acionar, de forma ágil e humanizada, os canais de denúncia e proteção do Estado. A proposta considera a presença desses profissionais em locais como shoppings, agências bancárias, hospitais, postos de saúde e outros espaços de grande circulação.

Participam da iniciativa entidades representantes de empresas, trabalhadores, formação profissional, tecnologia, gerenciamento de riscos, transporte de valores e instituições do setor, além da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e da

Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). A mobilização alcança os 28 sindicatos filiados à Fenavist, contribuindo para que as diretrizes da Polícia Federal sejam disseminadas em todo o país.

Com ações contínuas de conscientização e orientação, a campanha busca fortalecer uma cultura de tolerância zero ao assédio e à violência contra a mulher. Para o presidente da Fenavist, Flávio Sandrini, a iniciativa também amplia o papel social dos profissionais do setor.

“Mais do que um projeto institucional, a mobilização convida os profissionais do setor a resignificarem o uso de suas fardas, enxergando no ofício diário uma oportunidade de exercer a empatia, salvaguardar vidas e colaborar ativamente para a construção de uma sociedade mais justa, segura e igualitária para todas as brasileiras”, conclui Sandrini, presidente da Fenavist.



DESENVOLVENDO HOJE A SEGURANÇA PRIVADA DO AMANHÃ.

O **INASEP** conecta empresas, sindicatos, especialistas e parceiros estratégicos para impulsionar inovação, tecnologia, capacitação e desenvolvimento institucional em toda a Segurança Privada brasileira.



Criado sob os auspícios da **FENAVIST**, o **INASEP** atua nacionalmente promovendo iniciativas que fortalecem empresas, modernizam a gestão e desenvolvem todo o ecossistema da Segurança Privada por meio da educação, tecnologia, inteligência e cooperação institucional.

CONECTANDO
EMPRESAS,
SINDICATOS E
PARCEIROS EM
TODO O BRASIL.

FORTALECER A SEGURANÇA PRIVADA É FORTALECER QUEM PROTEGE O BRASIL.



INOVAÇÃO



ÉTICA



TRANSPARÊNCIA



DESENVOLVIMENTO



RESULTADOS

CONHEÇA O ECOSISTEMA
DE SOLUÇÕES DO INASEP



ESCANEIE O QR CODE
E ACESSE AO NOSSO CATÁLOGO



MAIS DE **2.500** EMPRESAS
REPRESENTADAS PELA FENAVIST



CERCA DE **600 MIL** PROFISSIONAIS
IMPACTADOS EM TODO O BRASIL

Fenavist

EMPRESAS PARCEIRAS HOMOLOGADAS INASEP

abaccus

LUXUS

nexti

Bulla

CSP

pluxee

SOMA

biptt

CERS

9001ONLINE

AVA

Arce

WKR PRIME

Vision Trevisan

SIMPAX

connta

inc.

bem

neopar

reptis

kroma

reptis

grupovigi

Monte Branco

FIAT

CVP

somapay

preppo

Siga-nos nas redes sociais:

inasep_oficial

Inasepoficial

Inasepoficial

Inasep

Contatos:

inasep@inasep.org.br

(61) 3327-5440

(61) 99683-8749

INASEP.ORG.BR

**Denise
Vargas Tenório**
Delegada de Polícia Federal

A INFORMAÇÃO SALVA VIDAS E A SEGURANÇA PRIVADA PODE FAZER A DIFERENÇA NA PROTEÇÃO DAS MULHERES

Aline Ramos

Denise Vargas Tenório, delegada de Polícia Federal e coordenadora-geral de Controle de Serviços e Produtos da Polícia Federal, acompanha, há mais de uma década, a evolução da Segurança Privada no Brasil. Nesta entrevista exclusiva à Revista Fenavist, ela fala sobre sua trajetória profissional, os avanços da atuação da Polícia Federal na fiscalização do setor, a campanha

Foto: Alan Santos

“Segurança Privada: Por Elas, Para Elas” e deixa uma mensagem para os profissionais que ajudam a proteger milhões de brasileiros todos os dias.

TRAJETÓRIA PESSOAL

O que a motivou a ingressar na Polícia Federal e assumir a Coordenação-Geral de Controle de Serviços e Produtos, uma área tão estratégica?

Ingressei na Polícia Federal há quase 20 anos, movida pelo propósito de servir à sociedade e contribuir para o fortalecimento das instituições públicas. Ao longo da carreira, atuei em diferentes áreas da atividade policial, mas foi na Segurança Privada que encontrei um campo extremamente desafiador e, ao mesmo tempo, com enorme potencial de transformação social.

Há mais de uma década trabalho diretamente com esse segmento e tive a oportunidade de acompanhar sua evolução, seus desafios e sua importância para a Segurança Pública brasileira. Hoje, coordenar essa área representa uma grande responsabilidade.

Assumir essa missão significa contribuir para a construção de um ambiente regulatório equilibrado e capaz de fortalecer um setor que emprega centenas de milhares de brasileiros e exerce papel complementar indispensável à Segurança Pública.

A presença feminina em cargos de liderança na Polícia Federal vem crescendo. Como a senhora enxerga esse movimento?

A presença de mulheres em posições de liderança representa um importante avanço institucional. A diversidade de experiências e perspectivas enriquece o processo decisório, amplia a capacidade de diálogo e contribui para a construção de soluções mais abrangentes e eficazes para os desafios da administração pública.

Na Polícia Federal, tenho acompanhado um crescimento gradual, mas consistente, da participação feminina em funções estratégicas. Esse movimento demonstra uma ampliação da presença de mulheres em espaços de liderança, ocupados com base no mérito, na competência e na experiência profissional.

Ao mesmo tempo, acredito que a liderança feminina também traz características que fazem diferença no exercício da gestão, como a escuta, a capacidade de construir consensos, a sensibilidade para compreender diferentes realidades e a habilidade de conduzir equipes sem abrir mão da firmeza nas decisões. Essas qualidades se somam ao rigor técnico e jurídico que a atividade exige.

TRAJETÓRIA PROFISSIONAL

Quais são as principais atribuições da Coordenação-Geral de Controle de Serviços e Produtos e os maiores desafios dessa atuação?

A Coordenação-Geral de Controle de Serviços e Produtos exerce um papel estratégico na Polícia Federal, responsável por orientar tecnicamente, coordenar ações, supervisionar a execução dos serviços e aperfeiçoar a fiscalização das atividades

submetidas ao controle da instituição.

Na área da Segurança Privada, coordenamos a implementação do marco legal em todo o território nacional e, com isso, promovemos a uniformização dos procedimentos, a modernização dos processos, a orientação das unidades descentralizadas da Polícia Federal e o diálogo permanente com o setor regulado. Também atuamos no controle de produtos químicos e em outras atividades cuja fiscalização é atribuída à Polícia Federal.

O maior desafio é garantir que uma mesma legislação seja aplicada de forma uniforme em todas as regiões do país, respeitando as peculiaridades locais sem abrir mão dos padrões de qualidade, legalidade e segurança. Para isso, investimos em transformação digital, padronização de procedimentos, capacitação contínua das equipes e desenvolvimento de soluções tecnológicas.

Em sua avaliação, quais os principais avanços da atuação da Polícia Federal no controle e na fiscalização da Segurança Privada?

Ao longo dos últimos anos, a atuação da Polícia Federal passou por mudanças importantes. Se antes o foco estava predominantemente na análise documental e na fiscalização das empresas autorizadas, hoje adotamos uma visão muito mais estratégica, preventiva e orientada pela análise de riscos.

A Segurança Privada deixou de ser vista apenas como uma atividade econômica sujeita ao controle estatal para ser reconhecida como um importante componente complementar ao sistema de segurança pública, cuja adequada regu-

lação contribui para a proteção da sociedade.

Essa evolução também se refletiu na modernização dos processos administrativos, na ampliação do uso de ferramentas tecnológicas, na padronização nacional dos procedimentos e no fortalecimento do diálogo institucional com o setor regulado. Nossa atuação contempla ações preventivas não apenas para identificação de irregularidades, mas também para orientação, disseminação de boas práticas e estímulo à profissionalização do segmento.



CAMPANHA "SEGURANÇA PRIVADA: POR ELAS, PARA ELAS"

Como surgiu a ideia de desenvolver uma campanha para o enfrentamento da violência contra a mulher dentro da Segurança Privada?

O ponto de partida foi perceber algo muito simples: existem centenas de milhares de profissionais de Segurança Privada espalhados por todo o Brasil, presentes diariamente em condomínios, hospitais, escolas, universidades, bancos, empresas, centros comerciais, eventos e diversos outros locais por onde as mulheres circulam.

Esses profissionais já exercem uma função de proteção. A campanha amplia esse olhar, mostra que eles também podem atuar como agentes de acolhimento, orientação e encaminhamento quando identificarem uma situação de violência.

Não se trata de substituir a atuação das forças de segurança pública nem dos órgãos especializados, mas de criar uma rede de proteção mais ampla, capaz de identificar precocemente situações de risco e conectar a vítima rapidamente aos serviços competentes.

Na prática, como deve ser a atuação do profissional de Segurança Privada ao identificar uma situação de violência?

O primeiro passo é garantir a segurança imediata da vítima, sempre preservando sua integridade física e emocional.

Em seguida, o profissional deve acionar imediatamente as forças de segurança pública ou os serviços de emergência, conforme a situação, além de buscar encaminhar a vítima para a rede de proteção existente em sua localidade.

Outro aspecto fundamental é evitar qualquer forma de julgamento ou revitimização. O profissional deve acolher, ouvir com respeito e agir dentro dos protocolos previamente estabelecidos, preservando a privacidade da vítima e produzindo as informações necessárias para subsidiar a atuação das autoridades competentes.

Como a campanha pretende preparar os profissionais para reconhecer sinais de violência e agir corretamente?

A campanha prevê materiais educativos, vídeos, conteúdos didáticos e orientações que passarão a integrar a formação dos profissionais de Segurança Privada.

O objetivo não é transformar vigilantes em psicólogos ou policiais especializados, mas capacitá-los a reconhecer sinais de alerta, compreender os diferentes tipos de violência – física, psicológica, patrimonial, moral e sexual – e saber qual deve ser sua atuação diante dessas situações.

A informação salva vidas. Muitas vezes, um profissional preparado consegue perceber sinais que passariam despercebidos e fazer a diferença no momento certo.

CONSELHOS E LEGADO

Qual a principal transformação que a senhora espera provocar com essa campanha?

Fazer com que os profissionais da Segurança Privada compreendam que proteger pessoas também significa combater qualquer forma de violência contra a mulher. Esse, talvez, seja o resultado que esperamos alcançar com essa campanha.

Ao levar essa reflexão para dentro de casa, para o convívio familiar e para suas comunidades, esperamos formar multiplicadores de uma cultura de respeito, igualdade e não violência.

A transformação social acontece quando cada cidadão entende que a violência contra a mulher não é um problema privado, mas uma responsabilidade coletiva.



Foto: Ricardo Stuckert via PR

REGULAMENTAÇÃO DO ESTATUTO DA SEGURANÇA PRIVADA MARCA NOVA ERA PARA O SETOR NO BRASIL

Cerimônia no Palácio do Planalto reuniu autoridades, representantes de trabalhadores e empresários para celebrar avanço histórico da Segurança Privada brasileira

Aline Ramos

A Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) participou, no dia 9 de junho, no Palácio do Planalto, da cerimônia de assinatura do decreto que regulamenta a Lei nº 14.967/2024, o Estatuto da Segurança Privada. O evento contou com a presença do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva; do diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues; do diretor de Polícia Administrativa da PF, Fabrício Ker; do senador Jaques Wagner; do deputado distrital Chico Vigilante (PT-DF); do presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNV), José Boaventura, além de representantes de trabalhadores, empresários e entidades do setor.

A regulamentação representa um marco histórico para a Segurança Privada brasileira ao modernizar regras que permaneceram por

décadas sem atualização. Entre os avanços previstos estão o fortalecimento da fiscalização, a ampliação da segurança jurídica para empresas e profissionais, a incorporação de novas tecnologias e a criação de mecanismos para combater a clandestinidade, promovendo maior proteção à sociedade e valorização da atividade. Durante a cerimônia, o presidente Lula destacou a relevância dos profissionais da Segurança Privada para o país.

“O que hoje estão recebendo é uma premiação à luta de vocês. Vocês fazem um processo de complementaridade à questão da segurança pública neste país. Quanto mais respeitados vocês forem, quanto mais bem tratados forem, quanto mais segurança tiverem nos seus contratos de trabalho e quanto melhor for o salário de vocês, mais irão contribuir com o conjunto da segurança pública neste país”, afirmou Lula.

Representando a Fenavist, o presidente à época Jeferson Furlan Nazário ressaltou o papel da união entre trabalhadores, empresas e Polícia Federal na construção do novo marco regulatório. “Esse decreto revolucionará a Segurança Privada brasileira. Exercíamos nosso trabalho até hoje com uma legislação ultrapassada que gerava prejuízos a toda a sociedade. Graças à união de esforços entre trabalhadores, empresários e Polícia Federal, estamos mudando a história da Segurança Privada brasileira. A Lei nº 14.967/24 está entre as mais modernas do mundo”, declarou.

Segundo a Fenavist, a regulamentação cria condições para a expansão sustentável do setor, incentivando a formalização, a qualificação profissional e novos investimentos. A expectativa é de que uma legislação mais

moderna contribua para gerar milhares de empregos e reduzir a atuação clandestina no segmento. “Com a regulamentação, a Segurança Privada avançará muito na geração de postos de trabalho. Estimamos que, nos próximos anos, haja um crescimento de pelo menos 50%, com a incorporação de profissionais que hoje estão na clandestinidade. Vamos nos aproximar ainda mais das forças de segurança pública, oferecendo ajuda com tecnologia de ponta e profissionais capacitados”, concluiu Nazário.



Jacymar Dalcimini, diretor jurídico da Fenavist; Jeferson Nazário, à época presidente da Fenavist; Flávio Sandrini, presidente do SESVESP e Sandro Moura, vice-presidente financeiro da Fenavist.



Jeferson Nazário recebe os cumprimentos do Presidente da República, Luiz Inácio da Silva, durante cerimônia no Palácio do Planalto.

Modelo 6x1 e a jornada de trabalho no Brasil: equilíbrio, segurança e diálogo para o setor de Segurança Privada

Fenavist defende construção conjunta de soluções que preservem a atividade, os profissionais e a sustentabilidade dos serviços essenciais

Aline Ramos

O recente debate sobre a redução da jornada de trabalho no Brasil, incluindo modelos como o 6x1, é legítimo e acompanha transformações importantes no mundo do trabalho. Para a Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), representante de 2500 empresas e mais de 580 mil vigilantes, esse tema exige uma análise cuidadosa, considerando as particularidades de uma atividade essencial, contínua e altamente regulamentada.

Em maio, a Câmara dos Deputados aprovou, em dois turnos, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que extingue a escala de trabalho 6x1 e reduz a jornada máxima semanal de 44 para 40 horas, sem redução salarial. O texto segue para votação no Senado Federal. Diante desse cenário, a Fenavist pontua que grande parte dos profissionais atua em escalas diferenciadas, como a 12x36, que garante a cobertura ininterrupta dos serviços e já contempla períodos adequados de descanso. Portanto, qualquer alteração nos limites da jornada impacta diretamente a organização dessas escalas, exigindo ajustes operacionais relevantes

para manter a eficiência e a segurança das operações. Para a Federação, mudanças dessa natureza podem gerar aumento estrutural de custos, necessidade de ampliação de equipes e revisão de contratos, especialmente em serviços contínuos e licitações públicas. Trata-se de um efeito sistêmico que precisa ser considerado com responsabilidade, para preservar o equilíbrio econômico-financeiro das operações e a qualidade dos serviços prestados.



Congresso Nacional - Foto Pedro França - Agência Senado

Ao mesmo tempo, a Fenavist reconhece a importância de avançar em pautas que promovam melhoria da qualidade de vida e valorização profissional. Por isso, a entidade defende que qualquer evolução nesse tema seja construída por meio do diálogo entre trabalhadores, empresas e poder público, com atenção especial às especificidades de setores que operam 24 horas por dia, sete dias por semana.

“A redução da jornada é um debate importante, mas precisa considerar a realidade de cada setor. No caso da Segurança Privada, é fundamental garantir segurança jurídica e condições que permitam a continuidade dos serviços”, afirma Flávio Sandrini, presidente da Fenavist. “Nosso compromisso é contribuir para uma solução equilibrada, construída com diálogo e responsabilidade, que atenda aos trabalhadores sem comprometer a sustentabilidade do setor”, pontua.

“A redução da jornada pode ser social e politicamente desejável, mas, para o setor da Segurança Privada, ela só será juridicamente sustentável se vier acompanhada de uma disciplina específica para a escala 12x36 e para os postos ininterruptos.”

Flávio Sandrini
Presidente da Fenavist

A PEC seguiu para análise do Senado Federal, onde precisará ser aprovada em dois turnos antes de eventual promulgação.

Entenda os impactos jurídicos e contratuais para a Segurança Privada:

- Aumento estrutural de custo de mão de obra por posto, com reflexo imediato em contratos continuados e em futuras licitações;
- Risco de desequilíbrio econômico-financeiro quando a mudança legislativa atingir contratos públicos em execução;
- Pressão por revisão das convenções coletivas e por cláusulas específicas para escalas especiais, especialmente 12x36;
- Reprecificação do risco trabalhista: o que hoje é escala regular pode virar passivo de horas extras, reflexos e adicionais;
- Setores 24x7, como vigilância patrimonial e transporte de valores, tendem a sentir o impacto antes de setores com jornada ordinária linear.





Informalidade na Segurança Privada: um desafio que coloca em risco empresas, profissionais e a sociedade

Jeferson Nazário*

A Segurança Privada exerce um papel cada vez mais estratégico no Brasil. Presente em empresas, instituições financeiras, condomínios, indústrias, eventos e no transporte de valores, ela

complementa a proteção de pessoas e patrimônios e contribui para a sensação de segurança da sociedade. No entanto, um problema histórico continua ameaçando o desenvolvimento do setor: a informalidade.

Dados da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) revelam um cenário preocupante. Para cada profissional que atua regularmente no setor, existem aproximadamente três trabalhadores exercendo atividades de segurança de forma clandestina. Enquanto cerca de 500 mil profissionais estão empregados formalmente, estima-se que mais de 1,5 milhão de pessoas atuem sem a devida regularização.

O principal impacto dessa realidade não é apenas econômico ou concorrencial. Trata-se, sobretudo, de uma questão de segurança pública e de proteção à sociedade. A atividade de Segurança Privada é regulamentada por legislação específica e fiscalizada pela Polícia Federal. Para exercer a profissão, o vigilante tem de passar por formação

especializada, reciclagens periódicas e atender a rigorosos critérios de qualificação. Da mesma forma, as empresas precisam ser autorizadas e fiscalizadas pelos órgãos competentes.

Quando a atividade é exercida de forma clandestina, essas exigências deixam de existir. O resultado é a atuação de profissionais sem treinamento adequado, sem capacitação técnica e sem os protocolos necessários para lidar com situações de risco. Saliento que isso expõe não apenas os próprios trabalhadores, mas também clientes e cidadãos.

Outro aspecto relevante é o impacto sobre as empresas que atuam dentro da legalidade. Enquanto o setor formal investe em treinamento, tecnologia, encargos trabalhistas e conformidade regulatória, a informalidade cria um ambiente de concorrência desleal que dificulta investimentos e compromete a sustentabilidade das empresas regulares.

O combate à clandestinidade, portanto, exige esforço conjunto. É fundamental fortalecer a fiscalização, ampliar a conscientização dos contratantes e valorizar as empresas e os profissionais que cumprem a legislação. Segurança Privada não pode ser tratada como uma atividade improvisada. Ela exige preparo, responsabilidade e compromisso com padrões técnicos reconhecidos.

Reforço que defender a formalidade é assegurar a alta qualidade dos serviços, a valorização dos trabalhadores e a proteção da sociedade. Esse é um compromisso permanente da Fenavist e de todo o setor de Segurança Privada legalmente constituído.

* Vice-presidente da Fenavist



Brasília em movimento: o que está no radar da Segurança Privada

Por Cléria Santos

O segundo semestre legislativo começou em ritmo mais lento por conta do calendário eleitoral, mas isso não significa que as pautas de interesse da Segurança Privada tenham saído de cena. Pelo contrário. Nos bastidores do Congresso Nacional, projetos estratégicos seguem em discussão e podem impactar diretamente o ambiente regulatório, as relações de trabalho e a competitividade das empresas do setor.

A Fenavist tem acompanhado cada uma dessas movimentações de forma permanente, mantendo diálogo com parlamentares, órgãos do governo e entidades representativas para garantir que as particularidades da atividade sejam consideradas nas decisões legislativas.



Jornada de trabalho: debate continua no Senado

A redução da jornada semanal para 40 horas permanece entre os principais temas em discussão no Congresso. A PEC 221/2019 aguarda análise do Senado Federal e pode trazer reflexos importantes para atividades que funcionam ininterruptamente, como a Segurança Privada.

A Fenavist defende que qualquer mudança preserve os regimes especiais previstos em lei, espe-



Foto: Cléria Santos / Acervo Pessoal

cialmente o de escala 12x36, essencial para a continuidade dos serviços. A entidade alerta que alterações sem uma disciplina específica podem elevar custos operacionais, exigir revisões contratuais e impactar diretamente a prestação dos serviços.

Em paralelo, outra proposta ganha espaço: a PEC 12/2026, que prevê um modelo mais flexível de jornada baseado em horas efetivamente trabalhadas.



Estatuto do Aprendiz: uma pauta prioritária

O Projeto de Lei nº 6.461/2019, que institui o Estatuto do Aprendiz, segue entre as prioridades da atuação institucional da Fenavist.

A Fenavist defende que a legislação reconheça as características próprias da Segurança Privada. A atividade exige formação específica, idade mínima e treinamento regulamentado pela Polí-

cia Federal, fatores que tornam inviável o cumprimento das cotas na área operacional.

A proposta da Federação é objetiva: que a aprendizagem seja voltada para as áreas administrativas das empresas, garantindo inclusão profissional sem comprometer a segurança dos jovens e a segurança jurídica do setor.



Voz ativa no Senado

A atuação institucional também esteve presente na audiência pública promovida pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado.

Representando a Fenavist, o diretor jurídico, Dr. Jacymar Dalcamini, defendeu uma legislação moderna, capaz de atender às especificidades dos setores considerados de alta periculosidade e proporcionar maior segurança jurídica para empresas e aprendizes.

O diálogo técnico continua sendo uma das principais ferramentas da Fenavist na construção de soluções para o setor.



Segurança eletrônica em pauta

A proteção da infraestrutura tecnológica também entrou definitivamente na agenda legislativa.

Avança no Senado o Projeto de Lei nº 3.033/2025, que aumenta as penas para quem furtar ou roubar câmeras de vigilância e equipamentos de monitoramento eletrônico. A proposta reconhece que esses equipamentos

deixaram de ser apenas patrimônio das empresas: hoje, são instrumentos fundamentais para a prevenção da criminalidade, a produção de provas e o apoio às forças de segurança pública e à própria Segurança Privada.



Fenavist presente nas decisões que acontecem

A instituição também marcou presença na agenda promovida pela Confederação Nacional do Comércio (CNC) com pré-candidatos à Presidência da República.

Representada pelo presidente Flávio Sandrini, pelo diretor jurídico, Dr. Jacymar Dalcamini, Ana Paula Queiroga e Cléria Santos, a Fenavist participou da apresentação das propostas prioritárias do setor produtivo, reforçando o compromisso da entidade com a construção de políticas públicas que fortaleçam a Segurança Privada brasileira.

Em foco



Recesso parlamentar

O Congresso Nacional retomou os trabalhos em agosto em regime de esforço concentrado, devido ao calendário eleitoral. Mesmo com menos sessões deliberativas, a Fenavist segue acompanhando diariamente a tramitação das matérias estratégicas para o setor.

**Consultora parlamentar da Fenavist.*



Setor de Segurança Privada **defende** **capacitação** **técnica** para uso seguro de spray de pimenta por mulheres

Fenavist ressalta a importância do treinamento diante de projeto de lei aprovado no Senado que segue para sanção presidencial

Aline Ramos

O Senado Federal aprovou o projeto de lei que regulamenta a comercialização, a compra e a posse de spray de pimenta ou de sprays de extratos vegetais para a autodefesa de mulheres no Brasil. A proposta, que já havia passado pela Câmara dos Deputados, segue agora para sanção do presidente da República. Pelo texto aprovado, mulheres acima de 18 anos – e jovens entre 16 e 18 anos, mediante autorização dos responsáveis – poderão adquirir o dispositivo, desde que cumpram requisitos, como a apresentação de documento oficial com foto, comprovante de residência e certidão negativa de antecedentes criminais por crimes dolosos violentos. Os estabelecimentos comerciais deverão manter o registro

simplificado das compradoras por cinco anos, e a medida prevê ainda penalidades administrativas para o uso fora das finalidades legais, além de um programa nacional de capacitação focado em instrumentos de menor potencial ofensivo.

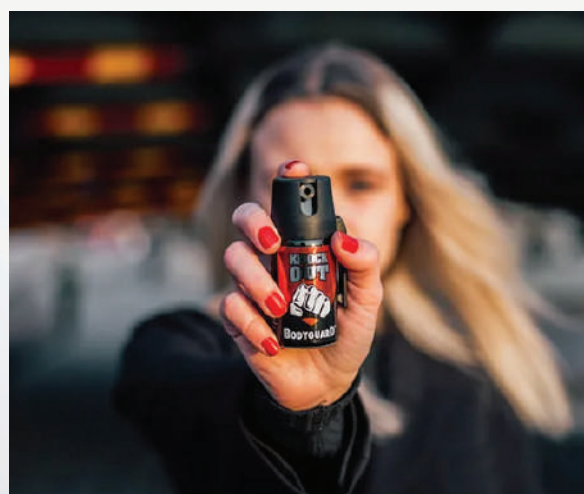
Atenta ao avanço das políticas públicas protetivas, a Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) manifestou seu apoio institucional a medidas que ampliem a rede de salvaguarda feminina no país, destacando a necessidade mútua de informação e preparo técnico. “A Fenavist vê com bons olhos toda iniciativa que amplie os mecanismos de proteção às mulheres e contribua para a preservação de sua integridade física. Entendemos que instrumentos de defesa pessoal podem representar um importante recurso em situações de risco, desde que seu acesso seja acompanhado de orientação adequada sobre o manuseio, as hipóteses de utilização e os limites legais de seu emprego”, apontou Flávio Sandrini, presidente da Fenavist.

Como especialista na gestão da segurança, a entidade enfatiza que o impacto positivo do equipamento na prevenção da violência doméstica e de gênero depende diretamente da responsabilidade social no momento do uso. De acordo com a Federação, o emprego de soluções de menor potencial ofensivo exige discernimento para garantir a integridade da própria usuária em cenários de crise. “Defendemos que toda política pública para disponibilização desses meios seja acompanhada de ações de conscientização e capacitação das usuárias, de forma que se assegure que o equipamento seja utilizado exclusivamente para legítima defesa, com segurança e responsabilidade”, reforça Sandrini.

Nesse contexto de implementação gradual da futura lei, a Fenavist coloca a estrutura das escolas de formação à disposição das autoridades públicas para garantir a máxima efetividade e padro-

nização dos treinamentos previstos no programa nacional. “Entendemos que a efetividade dessa medida está diretamente ligada à qualidade da formação oferecida às usuárias. O setor de Segurança Privada dispõe de escolas de formação com reconhecida capacidade técnica e experiência na instrução de procedimentos de segurança, manejo de equipamentos e uso proporcional da força. Assim, caso a legislação venha a prever essa possibilidade, a Fenavist defende que essas escolas possam ser credenciadas pelos órgãos competentes para ministrar treinamento específico às usuárias, contribuindo para o uso seguro, consciente e responsável do equipamento”, detalha Flávio Sandrini.

Para o setor de Segurança Privada e Transporte de Valores, representado nacionalmente pela Federação e seus 28 sindicatos filiados, o combate à violência estrutural contra a mulher exige a união de ferramentas legislativas fortes, fiscalização rigorosa dos órgãos reguladores – como a Polícia Federal – e um amplo ecossistema de conscientização educacional. “Acreditamos que toda medida que fortaleça a proteção das mulheres, aliada à informação, à capacitação, à responsabilidade e ao respeito à legislação, contribui para a prevenção da violência e para a preservação de vidas”, concluiu Sandrini.



Spray de pimenta - Reprodução Senado

Estatuto do Aprendiz: Fenavist defende aprovação imediata no Senado para evitar colapso financeiro no setor

Em audiência pública na CAS, a Federação foi representada pelo Dr. Jacymar Dalcamini, que alertou os membros da comissão para o risco de fechamento de empresas pelas altas multas impostas em razão do não cumprimento da cota de aprendizes

A Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) participou de uma Audiência Pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), do Senado Federal. O debate teve como objetivo instruir o Projeto de Lei nº 6.461, de 2019, que institui o Estatuto do Aprendiz e altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

A Federação foi representada no plenário pelo Dr. Jacymar Daffini Dalcamini, especialista convidado, que detalhou os impactos pela não

regulamentação do tema para o segmento da Segurança Privada. O encontro reuniu também

representantes do setor público, da indústria, do comércio e de serviços.

No debate, a Federação defendeu a aprovação célere do projeto no Senado, para imediata sanção da lei. Na visão da Fenavist, que representa 28 sindicatos patronais em todo o país e gera aproximadamente 600 mil empregos, o texto em análise traz avanços e novas formas e possibilidades para o cumprimento da cota de aprendizagem.

Dalcamini destacou, ainda, a urgência em pacificar o entendimento sobre o tema: “Defendemos a aprovação do projeto de lei em sua redação atual, sem alterações de mérito, para que ele avance com urgência no Senado sem necessidade de retornar à Câmara. Precisamos pacificar a fiscalização e garantir que a inclusão de jovens aprendizes ocorra de forma sustentável e segura para todos”, detalhou.

Em outro momento de sua fala, Dalcamini reforçou o compromisso do setor com a formação profissional e com a inserção do jovem no mercado de trabalho, sem comprometer o equilíbrio financeiro e econômico das empresas, ou a própria sobrevivência, e ainda os milhares de empregos gerados atualmente.



Foto: Carlos Moura da Agência Senado

Dr Jacimar Dalcamini, vice-presidente de Assuntos Jurídicos da Fenavist

CONHECIMENTO QUE TRANSFORMA PROFISSIONAIS, EMPRESAS E TODO O SETOR.

O **AVA INASEP** é a plataforma oficial de capacitação da Segurança Privada, Segurança Eletrônica e Transporte de Valores.

ACESSO
100%
GRATUITO

Invista no desenvolvimento da sua equipe sem custo. No AVA INASEP, empresários, gestores e profissionais têm **acesso gratuito** a conteúdos atualizados, cursos especializados e certificações que **fazem a diferença** no dia a dia e nos resultados.

UMA PLATAFORMA COMPLETA PARA A EVOLUÇÃO DO SEU TIME



PLATAFORMA
ON-LINE



ACESSO
GRATUITO



CURSOS
ESPECIALIZADOS



PALESTRAS



CERTIFICADOS
DIGITAIS



CONTEÚDO
ATUALIZADO



FLEXIBILIDADE
DE ACESSO



DESENVOLVIMENTO
PROFISSIONAL



CAPACITAÇÃO
CONTÍNUA



APRENDIZADO
EM QUALQUER LUGAR

INVISTA NO CRESCIMENTO
DA SUA EQUIPE **SEM CUSTO.**

Acesse gratuitamente o
Sistema **AVA** do INASEP.



ESCANEIE O QR CODE
OU ACESSE:

www.inaseptreinamentos.com.br

A plataforma oficial de capacitação
da Segurança Privada.



O INASEP acredita que o conhecimento é um dos principais pilares para o fortalecimento das empresas e do setor de Segurança Privada.

✉ inasep@inasep.org.br

☎ (61) 3327-5440

☎ (61) 99683-8749





Cibersegurança e Segurança Privada: integração ganha força com novo marco regulatório

Regulamentação da Lei nº 14.967/2024 amplia o alcance do setor, e, assim, fortalece a segurança eletrônica e consolida um ambiente mais moderno para proteção física e digital

Aline Ramos

A transformação digital elevou a cibersegurança a um novo patamar dentro da Segurança Privada. Em um cenário em que empresas, instituições financeiras, condomínios, indústrias e serviços essenciais dependem cada vez mais de sistemas conectados, monitoramento remoto, controle de acesso, armazenamento de dados e inteligência

embarcada, a proteção de ativos deixou de ser apenas física e passou a incluir, de forma definitiva, o ambiente digital. Para a Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), essa convergência entre segurança patrimonial, eletrônica e proteção de informações já é uma necessidade operacional e estratégica para o setor.

A própria evolução da atividade no Brasil demonstra esse movimento. A Fenavist vem defendendo que a Segurança Privada moderna precisa acompanhar as mudanças tecnológicas e a sofisticação dos riscos, com investimentos em monitoramento eletrônico, gestão de riscos, inteligência, rastreabilidade e qualificação profissional. Nesse contexto, a segurança digital passa a ser parte da rotina das empresas do segmento, seja na proteção de sistemas de vigilância e centrais de monitoramento, seja na preservação de dados, na continuidade dos serviços e na resposta a incidentes que possam comprometer operações críticas. "A Segurança Privada vive um novo momento, em que tecnologia, inovação e qualificação caminham lado a lado. Proteger pessoas, patrimônios e operações hoje tam-

bém significa proteger sistemas, informações e estruturas digitais que sustentam esses serviços”, afirma o presidente da Fenavist, Flávio Sandrini.

Regulamentação da Lei da Segurança Privada amplia horizonte da segurança eletrônica

A regulamentação do Estatuto da Segurança Privada, por meio do Decreto nº 13.012/2026, consolida esse avanço ao detalhar regras para autorização, controle e fiscalização dos serviços de Segurança Privada e da segurança das instituições financeiras, além de reconhecer e organizar atividades como monitoramento eletrônico e gerenciamento de riscos dentro do novo marco regulatório. Na prática, a regulamentação moderniza a base normativa do setor, fortalece a segurança jurídica das empresas e cria um ambiente mais estruturado para o uso de tecnologia, integração de sistemas e ampliação de serviços ligados à proteção eletrônica e digital. O novo desenho também reforça o papel da Polícia Federal na fiscalização e no combate à clandestinidade, fator essencial para a credibilidade do mercado.

Além de atualizar regras históricas, o novo marco regulatório amplia o escopo da Segurança Privada em áreas sensíveis e aproxima o setor das demandas contemporâneas de proteção de dados, controle de acessos, supervisão remota e resposta a ameaças híbridas – aquelas que combinam riscos físicos e digitais. Para a Fenavist, esse ambiente regulatório mais moderno favorece a profissionalização, estimula investimentos e cria condições para que empresas especializadas avancem em soluções integradas, com mais eficiência, conformidade e capacidade de prevenção. A expectativa do setor é de que a regulamentação contribua para redu-

zir a informalidade, fortalecer a atuação das empresas autorizadas e impulsionar um mercado que já emprega 588 mil vigilantes no país.

Para Sandrini, a regulamentação também representa uma oportunidade concreta de alinhar a Segurança Privada brasileira às exigências do presente e do futuro.

“A nova legislação e sua regulamentação elevam o setor a outro patamar. Estamos falando de um marco que fortalece a atividade, amplia a segurança jurídica e abre espaço para uma atuação cada vez mais conectada com a inovação, inclusive na área de segurança eletrônica e digital. O desafio agora é transformar esse avanço regulatório em mais eficiência, formalização, investimento e proteção para a sociedade.”

Flávio Sandrini, presidente da Fenavist.





EMPRESA DE SEGURANÇA DEVE INCLUIR TODOS OS CARGOS NO CÁLCULO DA COTA DE APRENDIZAGEM

A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST), em acórdão publicado em 1º de junho de 2026, no julgamento do RRAg nº 1001381-44.2022.5.02.0076, decidiu, por unanimidade, manter a condenação imposta a uma empresa de Segurança Privada para que cumpra a cota legal de aprendizagem considerando, na base de cálculo, todos os cargos que demandam formação profissional, inclusive os de vigilante. No caso analisado, o Ministério Público do Trabalho apurou que a empresa possuía 2.721 empregados, mas mantinha apenas quatro aprendizes, sustentando em sua defesa que a Convenção Coletiva de Trabalho da categoria autorizava a exclusão dos postos de vigilante da base de cálculo em razão das exigências legais da profissão, como idade mínima de 21 anos e curso específico de formação. Ao

analisar a controvérsia, o TST reafirmou o entendimento de que a função de vigilante deve integrar o cálculo da cota prevista no artigo 429 da CLT, uma vez que não exige formação técnica ou superior, mas apenas curso de formação profissional específico.

A relatora, ministra Liana Chaib, destacou que a ampliação da idade máxima para contratação de aprendizes promovida pela Lei nº 11.180/2005, aliada às disposições do Decreto nº 9.579/2018, permite a celebração de contratos de aprendizagem com pessoas maiores de 18 anos e, em determinadas hipóteses, até 29 anos de idade, afastando o argumento de impossibilidade jurídica da aprendizagem na atividade de vigilância. Ressaltou, ainda, que a vedação constitucional ao trabalho perigoso para menores de 18 anos não impede que esses cargos compo-nham a base de cálculo da cota, podendo os aprendizes ser alocados em setores em que não haja exposição ao risco. Além de manter a obrigação de cumprimento da cota legal, a Segunda Turma restabeleceu a condenação da empresa ao pagamento de R\$ 50 mil por danos morais coletivos, por entender que o descumprimento da legislação de aprendizagem representa lesão aos interesses difusos ligados à profissionalização e à inserção de jovens no mercado de trabalho. A decisão, apesar de reiterar a jurisprudência no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho, contraria os votos proferidos pelos ministros Gilmar Mendes e Flávio Dino na ADI 76931.

Os votos desses ministros convergem para a ideia de que é inconstitucional interpretar o art. 429 da CLT de modo que se incluem, na base de cálculo da cota de aprendizagem das empresas de transporte e escolta de nume-rários, bens e valores, os empregados que exercem atividades finalísticas de transporte

de valores, pois essas funções envolvem atividade perigosa, incompatível com o regime jurídico de proteção integral da criança e do adolescente. Assim, foi reconhecida a necessidade de conferir interpretação conforme a Constituição (ou declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto, conforme a formulação dos votos) para excluir essas atividades do cálculo da cota de aprendizagem, preservando a vedação constitucional ao trabalho perigoso por menores e a máxima proteção assegurada pelo art. 227 da Constituição.

Diante desse cenário, recomenda-se que as empresas continuem acompanhando os processos judiciais e interponham os recursos cabíveis, a fim de que os processos cheguem ao STF para, então, haver uma conclusão definitiva acerca do tema. A Fenavist, a esse respeito, tem atuado como *amicus curiae* nas ações em curso no STF, acompanhando a evolução da jurisprudência e trabalhando, paralelamente, para que alterações legislativas relacionadas com a aprendizagem profissional possam garantir o cumprimento seguro de uma cota realista. Esta ADI está pendente de julgamento, uma vez que há pedido de vista do ministro Fachin.

CONCESSIONÁRIA DEVERÁ MANTER VIGILÂNCIA ARMADA EM PEDÁGIOS

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST), em acórdão publicado em 15 de maio de 2026, no julgamento do AIRR-2379-74.2013.5.03.0057, manteve decisão que obriga a Concessionária da Rodovia MG-050 a manter vigilância armada ininterrupta em todas as praças de pedágio da rodovia, sob pena de multa diária por descumprimento, além de confirmar a condenação ao paga-

mento de R\$ 50 mil por danos morais coletivos. A controvérsia teve origem em Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho após sucessivos assaltos registrados em uma das praças de pedágio, localizada em Divinópolis (MG), onde, entre maio de 2012 e agosto de 2013, houve doze ocorrências criminosas, incluindo um episódio em que uma empregada foi atingida por disparo de arma de fogo durante um assalto.



Ao apreciar o caso, o Tribunal destacou que, embora a concessionária já adotasse medidas como monitoramento por câmeras, cofres temporizados, alarmes e vigilância patrimonial, tais mecanismos mostraram-se insuficientes para garantir a integridade física dos trabalhadores diante do elevado risco a que estavam expostos. O relator, ministro Agra Belmonte, ressaltou que empresas que exploram atividades sujeitas a riscos acentuados possuem o dever de implementar medidas eficazes de prevenção, especialmente quando seus empregados exercem atividades que tratam de guarda de valores ou que permaneçam em locais reconhecidamente vulneráveis à ação criminosa. A decisão também

ênfatiou que o contrato de concessão da rodovia já previa a obrigação de adotar medidas destinadas à proteção de trabalhadores, usuários e patrimônio, reforçando o dever empresarial de prevenção. O pedido formulado pelo Ministério Público do Trabalho para obrigar a concessionária a instalar blindagem nas cabines de arrecadação foi rejeitado por ausência de previsão legal específica e por se entender que essa medida é destinada a estabelecimentos financeiros. Todavia, a Corte manteve a determinação de haver vigilância armada permanente, reconhecendo que o histórico reiterado de assaltos, aliado à vulnerabilidade dos empregados, caracteriza grave violação ao dever de proporcionar ambiente de trabalho seguro.

Para o Tribunal, a exposição contínua dos trabalhadores a situações de violência gera dano moral coletivo presumido, justificando a condenação imposta à empresa. A decisão reafirma a importância da Segurança Privada como instrumento essencial de proteção da integridade física dos trabalhadores em atividades sujeitas a elevado risco de violência. Embora o caso envolva uma concessionária de rodovia, o precedente evidencia que o Tribunal Superior do Trabalho vem exigindo dos empregadores a adoção de medidas preventivas compatíveis com os riscos específicos da atividade econômica desenvolvida, especialmente quando houver histórico concreto de ocorrências criminosas.

Para as empresas representadas pela Fenavist, o julgamento reforça o papel estratégico da vigilância armada na mitigação de riscos ocupacionais e demonstra que a adoção de serviços especializados de Segurança Privada pode constituir importante medida de prevenção, capaz de reduzir a exposição de trabalhadores e empregadores a situações de violência,

bem como minimizar potenciais responsabilidades decorrentes da omissão quando da necessidade de implementar medidas protetivas adequadas. Ao mesmo tempo, o precedente evidencia a crescente valorização, pelo Poder Judiciário, das políticas de gestão de riscos e da efetiva observância das normas de saúde e segurança do trabalho. Nesse contexto, a Fenavist continuará acompanhando a evolução da jurisprudência sobre o tema, em defesa do fortalecimento da Segurança Privada como atividade essencial à proteção das pessoas, do patrimônio e da continuidade das atividades econômicas.



TST MANTÉM JUSTA CAUSA DE EMPREGADO QUE ABANDONOU O POSTO DE TRABALHO E SE RECUSOU A RETORNAR ÀS ATIVIDADES

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST), em acórdão publicado em 25 de maio de 2026, no julgamento do AIRR-100088-08.2022.5.01.0039, manteve a justa causa aplicada a um zelador que abandonou seu posto de trabalho à véspera do

Natal de 2021 e se recusou a retornar a suas atividades após o intervalo para refeição. Segundo os autos, o empregado deixou o condomínio alegando que faria sua pausa para almoço, mas não retornou ao serviço, permanecendo em um bar na companhia de outro funcionário e ignorando as determinações do porteiro-chefe para que reassumisse suas funções. O trabalhador sustentava que a penalidade teria sido desproporcional, considerando seus dezesseis anos de contrato de trabalho sem histórico de advertências ou suspensões, além de alegar a ocorrência de dupla punição.

Ao analisar o caso, o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região concluiu que a conduta praticada configura falta grave suficiente para romper a fidúcia indispensável à manutenção do vínculo empregatício, afastando também a alegação de dupla punição, uma vez que a advertência verbal mencionada nos autos dizia respeito a fatos distintos. No julgamento do recurso, a Terceira Turma do TST acompanhou esse entendimento, destacando que o abandono do posto de trabalho, aliado à recusa deliberada em atender às determinações do empregador para retorno imediato às atividades, caracteriza violação grave aos deveres contratuais do empregado e autoriza a rescisão contratual por justa causa.

O relator, ministro Mauricio Godinho Delgado, ressaltou ainda que a jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho não exige, em todas as situações, a aplicação gradativa de penalidades disciplinares antes da dispensa motivada. Nas hipóteses em que a falta praticada apresenta gravidade suficiente para tornar inviável a continuidade da relação de emprego, a justa causa pode ser aplicada de forma imediata, desde que

observados os princípios da imediatidade, proporcionalidade e adequação da punição. O entendimento também reforça que a aplicação da justa causa não depende, necessariamente, da prévia adoção de medidas disciplinares gradativas, quando a conduta praticada possui gravidade suficiente para inviabilizar a manutenção do vínculo de emprego. Para as empresas do setor de Segurança Privada, cuja atividade é a proteção de pessoas e patrimônios, a observância da disciplina operacional e da continuidade da prestação dos serviços representa elemento indispensável ao cumprimento das obrigações contratuais e à mitigação de riscos.



TST DISCUTIRÁ LIMITES DO CONTROLE DO USO DE BANHEIRO DURANTE A JORNADA EM RECURSO REPETITIVO

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) realizará, em 25 de agosto de 2026, audiência pública destinada a subsidiar o julgamento do Incidente de Recursos Repetitivos (IRR) nº 0000133-52.2023.5.05.0008 (Tema 117),

que discutirá os limites do poder diretivo do empregador em relação ao controle e à limitação do uso de sanitários durante a jornada de trabalho. A futura decisão deverá uniformizar o entendimento da Justiça do Trabalho sobre a matéria, estabelecendo tese jurídica de observância obrigatória para os órgãos do Judiciário Trabalhista em todo o país. Entre os pontos que serão analisados pelo Tribunal estão a possibilidade de o controle do uso de sanitários configurar prática ilícita, a existência ou não de dano moral presumido em decorrência dessa conduta e, especialmente, a definição de parâmetros para atividades que exigem continuidade operacional ou substituição prévia do empregado antes de sua ausência do posto de trabalho. A audiência também reunirá representantes de entidades públicas e privadas, especialistas e profissionais das áreas médica, jurídica e acadêmica, que apresentarão estudos sobre os impactos das restrições ao uso de banheiros, os efeitos para a saúde dos trabalhadores e as necessidades operacionais de diferentes segmentos econômicos.

O TST buscará, ainda, estabelecer critérios objetivos que permitam compatibilizar o regular exercício do poder de direção do empregador com a preservação da dignidade, da intimidade, da saúde e do bem-estar dos trabalhadores. O julgamento possui potencial de impactar diversos setores da economia, especialmente aqueles cujas atividades dependem da continuidade da prestação dos serviços, exigindo comunicação prévia ou substituição do empregado antes de eventual afastamento temporário do posto de trabalho.

O tema assume especial relevância para o setor de Segurança Privada, cuja atividade é caracterizada pela prestação contínua de ser-

viços e pela necessidade de manutenção permanente dos postos de vigilância, portarias, centrais de monitoramento e demais operações sensíveis. Em muitas dessas atividades, a ausência momentânea do trabalhador sem substituição adequada pode comprometer a segurança de pessoas, patrimônios e instalações, tornando necessária a adoção de procedimentos internos destinados exclusivamente a assegurar a continuidade operacional dos serviços.

A futura tese, a ser fixada pelo Tribunal Superior do Trabalho, poderá estabelecer parâmetros importantes sobre a legitimidade de procedimentos como comunicação prévia, solicitação de substituição temporária e organização das pausas fisiológicas em atividades que demandam cobertura ininterrupta. Por essa razão, trata-se de julgamento de grande interesse para as empresas de Segurança Privada, que deverão acompanhar atentamente a definição dos critérios que orientarão a atuação dos empregadores em âmbito nacional.

Informação Segura

**Coluna produzida pelo escritório Costa Couto Advogados e associados. Colaboraram Dra. Ana Carolina Brasil e Dr. Éder Machado Leite.*



Dr. Éder Machado, assessor jurídico da Fenavist



Fenavist divulga novas apostilas atualizadas de formação da Segurança Privada

Material desenvolvido pela ABCFAV, com apoio institucional da Fenavist e aprovação da Polícia Federal, já está disponível gratuitamente on-line

Aline Ramos

A Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) está ampliando a divulgação das novas apostilas de formação profissional para vigilantes e demais profissionais da Segurança Privada. Desenvolvido pela Associação Brasileira de Cursos de Formação e Aperfeiçoamento de Vigilantes (ABCFAV), com apoio institucional da Fenavist, o material foi revisado e atualizado de acordo com a Lei nº 14.967/2024, que instituiu o Estatuto da Segurança Privada e seu Decreto Regulamentador.

Além de refletir as mudanças trazidas pelo novo marco regulatório, o conteúdo foi analisado e

aprovado pela Polícia Federal, órgão responsável pela fiscalização e regulamentação da atividade, garantindo alinhamento às normas vigentes e às exigências da formação profissional no país.

Para o presidente da Fenavist, Flávio Sandrini, investir na qualificação é valorizar o fortalecimento de todo o setor. “A formação profissional sempre foi um dos pilares da Segurança Privada. Com a atualização dessas apostilas, oferecemos um material moderno, alinhado à nova legislação e acessível a todos os profissionais que contribuem diariamente para a segurança da sociedade. É uma iniciativa que fortalece o ensino, promove a padronização do conhecimento e valoriza ainda mais a categoria”, afirma.

As apostilas contemplam os conteúdos exigidos para os cursos de formação e aperfeiçoamento profissional, acompanhando a evolução da legislação e das atividades desempenhadas pela Segurança Privada. O material serve como importante ferramenta de apoio para escolas de formação, instrutores, empresas, vigilantes e demais profissionais que atuam no segmento.

Entre os principais diferenciais do conteúdo estão a atualização conforme o novo Estatuto da Segurança Privada, a conformidade com o Decreto Regulamentador, a aprovação da Polícia Federal, a uniformização dos conteúdos pedagógicos e a facilidade de acesso, já que todas as apostilas estão disponíveis em formato digital.

Segundo Sandrini, a iniciativa representa mais um serviço oferecido pela Fenavist em benefício do setor. “A modernização da Segurança Privada passa necessariamente pela capacitação contínua dos seus profissionais. Disponibilizar esse material de forma ampla e gratuita é contribuir para uma formação cada vez mais qualificada, padronizada e preparada para os desafios de um setor em constante evolução”, finaliza.



Segurança Privada cresce, gera empregos e inicia novo ciclo com marco regulatório histórico

Anuário da Segurança Privada 2026 mostra crescimento do setor, aumento no número de vigilantes e consolidação da nova legislação como impulsionadora do desenvolvimento da atividade

Aline Ramos

A Segurança Privada brasileira vive um momento de transformação que já reflete

em dados. O Anuário da Segurança Privada 2026, divulgado pela Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), apresenta um panorama atualizado do setor e revela indicadores positivos de crescimento, impulsionados pela retomada econômica e, principalmente, pela regulamentação da Lei nº 14.967/2024, o Estatuto da Segurança Privada.

O levantamento reúne dados oficiais da Polícia Federal, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Associação Brasileira de Cursos de Formação e Aperfeiçoamento de Vigilantes (ABCFAV) e de estudos elaborados pela consultoria econômica da Fenavist, consolidando informações sobre faturamento, geração de empregos, empresas autorizadas, fiscalização e perspectivas para o segmento.

Para o presidente da Fenavist, Flávio Sandrini, os números refletem o início de uma nova fase para a atividade. "A regulamentação do Estatuto da Segurança Privada representa um divisor de águas para o setor. Passamos a contar com um ambiente regulatório moderno, que amplia a segurança jurídica, fortalece a fiscalização e cria condições para que as empresas possam crescer com responsabilidade, inovação e competitividade", afirma.

FATURAMENTO ULTRAPASSA R\$ 50 BILHÕES

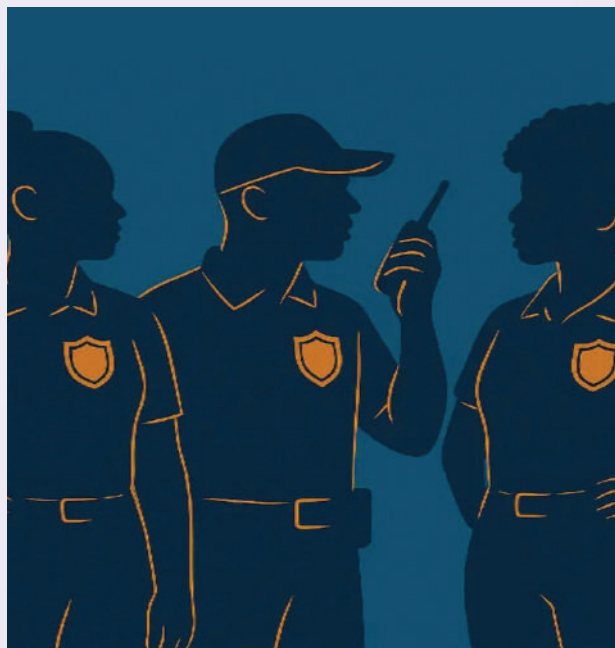
De acordo com o Anuário, a Segurança Privada movimentou R\$ 50,5 bilhões em 2025, crescimento de 3,98% em relação ao ano anterior, quando o setor registrou faturamento de R\$ 48,6 bilhões. Desse total, R\$ 44 bilhões foram provenientes dos serviços de vigilância e Segurança Privada, enquanto R\$ 6,5 bilhões correspondem ao transporte de valores.

Apesar do crescimento, a Fenavist ressalta que

o faturamento não representa lucro. Trata-se de uma atividade intensiva em mão de obra, na qual grande parte da receita é destinada ao pagamento de salários, benefícios e tributos. Somente os acordos coletivos firmados até abril de 2026 elevaram, em média, 6% os custos operacionais das empresas.

“Os indicadores demonstram que a Segurança Privada continua crescendo de forma consistente. No entanto, é importante lembrar que esse avanço vem acompanhado de elevados custos trabalhistas e tributários. Nosso desafio é garantir um ambiente que permita o desenvolvimento sustentável das empresas e a valorização dos profissionais.”

Flávio Sandrini, presidente da Fenavist



NÚMERO DE VIGILANTES CRESCE PELO TERCEIRO ANO CONSECUTIVO

Outro dado que chama atenção é a retomada da geração de empregos formais. Em março de 2026, o Brasil contabilizava 588.420 vigilantes em atividade regular, um crescimento de 3% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Desse total, 565.495 profissionais atuam em empresas especializadas e 22.925 em empresas orgânicas, responsáveis pela própria Segurança Privada.

O número de profissionais habilitados também aumentou. Atualmente, 808.525 vigilantes estão com formação e reciclagem em dia – alta de 6% em comparação a 2025 e o maior índice registrado desde 2022.

Segundo Sandrini, a qualificação profissional permanece como um dos maiores patrimônios do setor.

“A Segurança Privada brasileira é reconhecida pela qualificação dos seus profissionais. A ampliação do número de vigilantes capacitados demonstra que o setor está preparado para acompanhar a evolução tecnológica e atender às novas demandas da sociedade com cada vez mais excelência.”

Flávio Sandrini, presidente da Fenavist

ESTABILIDADE DAS EMPRESAS E FORTALECIMENTO DA FISCALIZAÇÃO

O Anuário também mostra estabilidade no número de empresas autorizadas pela Polícia Federal. Atualmente, 4.809 empresas operam regularmente no país, das quais 2.909 especializadas e 1.900 orgânicas, dados que indicam um crescimento de 0,8% em relação ao ano anterior.

Na área de fiscalização, os resultados também evidenciam maior rigor no combate a irregularidades. Em 2025, foram aplicadas 3.117 sanções administrativas contra 2.400 registradas em 2024. As multas ultrapassam R\$ 10,4 milhões, dado que reforça a necessidade de a fiscalização valorizar as empresas que atuam dentro da legalidade.

Para o presidente da Fenavist, o fortalecimento das ações fiscalizatórias representa um dos principais avanços proporcionados pela regulamentação do Estatuto da Segurança Privada. “Combater a clandestinidade significa proteger as empresas regulares, os trabalhadores e toda a sociedade. A nova legislação oferece instrumentos mais eficazes para ampliar a fiscalização e promover uma concorrência leal, e, consequentemente, valorizar quem atua de forma responsável e dentro da lei”, afirma.

UM SETOR PREPARADO PARA O FUTURO

Além de modernizar regras históricas, a Lei nº 14.967/2024 consolidou atividades como segurança eletrônica, monitoramento, gerenciamento de riscos e segurança em eventos dentro de um ambiente regulado, as quais favorecem investimentos, inovação tecnológica e novas oportunidades de negócios.

Na avaliação da Fenavist, esse novo marco regulatório confere à Segurança Privada o status de uma atividade cada vez mais estratégica para o desenvolvimento econômico e o fortalecimento da segurança pública, em seu papel complementar na proteção de pessoas, patrimônios e serviços essenciais. “Vivemos o início de uma nova etapa. O Estatuto da Segurança Privada oferece as bases para um setor mais moderno, transparente e preparado para crescer. Nossa missão é continuar trabalhando para transformar esse potencial em desenvolvimento, geração de empregos e mais segurança para toda a sociedade brasileira”, conclui Sandrini.

CONFIRA O ANUÁRIO COMPLETO

O Anuário da Segurança Privada 2026 reúne indicadores econômicos, estatísticos e institucionais que retratam a evolução do setor no Brasil e os impactos do novo marco regulatório.

A publicação completa já está disponível no portal da Fenavist. Acesse, conheça os dados na íntegra e acompanhe os principais indicadores que mostram a força e a importância da Segurança Privada para o desenvolvimento do país.



Fenavist acompanha avanços em inovação e inteligência artificial



A Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) participou, no dia 9 de abril, da reunião do colegiado da Câmara Brasileira de Tecnologia da Informação e Inovação (CBTIN), vinculada à Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). A entidade, em sua integração com o colegiado, contribui com debates estratégicos para o desenvolvimento do setor produtivo. Como representante da Federação, esteve presente o diretor Percival Aracema, que acompanhou as discussões sobre qualificação profissional em tecnologia da informação, transformação digital e o cenário regulatório no país.

Entre os principais pontos da pauta estiveram as ações integradas do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial para formação técnica e letramento digital de profissionais de TI, além da apresentação do calendário do Circuito de Alinhamento entre CNC, Senac e federações. O encontro também abordou a aplicação da inteligência artificial nos processos de negócio e o acompanhamento legislativo de projetos relevantes, como o PL 2.338/2023, que trata do uso da IA no Brasil, e propostas de regulação de mercados digitais, cibersegurança e economia de dados.

Fenavist lança série “Segurança Privada em Foco” com conteúdos de orientação para o setor

A Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) lançou a série “Segurança Privada em Foco”, com módulos informativos e orientativos sobre temas relevantes para empresários, gestores e profissionais do setor. A iniciativa busca aproximar as novas regras da realidade das empresas e, assim, contribuir para a identificação de riscos, revisão de procedimentos e prevenção de irregularidades.



O primeiro material disponibilizado, “Vigia x Vigilante”, esclarece as diferenças entre as funções e reforça que o enquadramento deve considerar a atividade efetivamente exercida e sua finalidade, e não apenas o nome do cargo. A cartilha também explica que o vigilante pode atuar armado ou desarmado e apresenta orientações sobre atividades próprias da Segurança Privada, além de um checklist para revisão de rotinas e procedimentos.

O conteúdo ainda alerta para os riscos da segurança clandestina e destaca que a responsabilidade pode alcançar tanto quem presta quanto quem contrata serviços sem autorização da Polícia Federal. O material orienta sobre identificação e correção de irregularidades e aborda possíveis repercussões administrativas, trabalhistas e criminais.

Para o presidente da Fenavist, Flávio Sandrini, a série reforça o compromisso da Federação de orientar o setor diante do novo marco regulatório. “Não é somente reproduzir a legislação, queremos aproximar a norma da realidade das empresas, auxiliando-as na identificação de riscos, na revisão de procedimentos e na prevenção de irregularidades. Informação, segurança jurídica e responsabilidade são fundamentais para a implementação do novo Estatuto da Segurança Privada”, destaca. Os próximos módulos serão publicados de forma progressiva, de modo que haja acompanhamento dos principais desafios da implementação do Estatuto.

Fenavist marca presença no World Security Congress 2026 e promove debate sobre o futuro da Segurança Privada



A Fenavist foi um dos destaques da programação do World Security Congress 2026 (6º WSC), que aconteceu nos dias 22 e 23 de abril, no Distrito Anhembi, em São Paulo. Representando o setor de Segurança Privada brasileiro, o presidente da entidade, Jeferson Nazário, e os diretores Ivan Hermano Filho, Marco Lopes, José Jacobson Neto, Jerfferson Simões e Deuci Soares participaram de painéis centrais do evento, que reuniram lideranças e especialistas nacionais e internacionais.

No dia 22 de abril, a Fenavist promoveu um painel com o tema “Segurança Privada no Mundo: Economia, Sociedade e o Novo Papel do Setor”. Com mediação do presidente Jeferson Nazário, o debate abordou tópicos estratégicos como regulação, impactos econômicos e integração entre a Segurança Privada e o sistema de segurança pública. Partici-

param como debatedores o economista Bruno Musa, o reitor da Universidade Zumbi dos Palmares, José Vicente, e o presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Renato Sérgio de Lima.

No dia 23, o diretor da Fenavist, Ivan Hermano Filho, participou como painelistas do 2º Encontro Internacional de Reguladores de Segurança Privada. Em seguida, às 15h20, o presidente Jeferson Nazário integrou a mesa-redonda “Nova Regulamentação da Segurança Privada: O que muda na prática?”, em que se reforçou o protagonismo da Federação nas discussões sobre o futuro do setor.

O World Security Congress é considerado um dos principais eventos do setor, portanto reúne especialistas para discutir tendências, inovação e desafios contemporâneos da segurança privada. Com uma programação diversificada, o congresso promoveu a troca de experiências e o desenvolvimento de soluções para o fortalecimento da atividade no Brasil e no mundo.

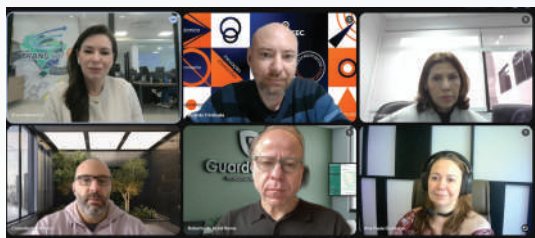
Fenavist participa do lançamento da Semana S em Brasília

A assessora parlamentar da Fenavist, Cléria Santos (foto), representou a entidade no almoço de lançamento da Semana S do Comércio do Distrito Federal, que reuniu lideranças empresariais e especialistas para debater desafios e perspectivas econômicas para o ambiente de negócios brasileiro. A iniciativa integrou as comemorações pelo Dia S, celebrado em 16 de maio e incluído no calendário oficial da capital pela Lei nº 1.363/2024, aprovada pela Câmara Legislativa. A data reconheceu a importância do Sesc-DF e do Senac-DF para a população do Distrito Federal. Mantidas pelo setor produtivo do comércio de bens, serviços e turismo, as duas instituições oferecem serviços de referência em educação, formação profissional, cultura, saúde, esporte, lazer e bem-estar.

“A Fenavist entende que a Semana S foi uma oportunidade relevante para demonstrar à sociedade a dimensão econômica e social do setor de serviços, no qual a segurança privada exerce papel indispensável para o desenvolvimento seguro das atividades empresariais no Brasil”, destacou Cléria Santos.



Alinhamento estratégico e fortalecimento institucional



A Fenavist participou, em maio, de duas reuniões on-line com a Associação Brasileira das Empresas de Gerenciamento de Riscos e de Tecnologia de Rastreamento e Monitoramento (Gristec), sua associada, para tratar de pautas estratégicas para o setor de Segurança Privada.

Na primeira agenda, a reunião contou também com a participação do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) – órgão responsável pela operacionalização do DATAVALID – e tratou de esclarecimentos e encaminhamentos sobre os cadastros de empresas e motoristas nos sistemas da Secretaria Nacional de Trânsito, conforme previsto na Portaria Senatran nº 139/2025.

Já na segunda reunião, debateram-se ações de fortalecimento institucional, apoio a projetos para o Congresso Nacional, representatividade do segmento e oportunidades que fortalecem as demandas do setor.

44º GEASSEG reúne executivos de todo o país



Entre os dias 27 e 30 de maio, executivos dos sindicatos de empresas de asseio e segurança de todo o país estiveram reunidos em mais uma edição do encontro do Grupo de Executivos dos Sindicatos das Empresas de Asseio e Segurança (GEASSEG), que há 29 anos promove a integração, o compartilhamento de experiências e o fortalecimento das entidades representativas.

A programação incluiu debates sobre gestão financeira e administrativa de sindicatos, liderança com foco em resultados, aplicações práticas de inteligência artificial na tomada de decisão, além de análises sobre novos precedentes do STF e seus impactos diretos no setor produtivo.

O evento, promovido pela Fenavist e pela Federação Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços de Limpeza e Conservação (Febrac), contou com o apoio do Sindicato das Empresas de Segurança do Estado do Espírito Santo (Sindesp-ES) e do Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação no Estado do Espírito Santo (Seac-ES).

23ª Reunião da Diretoria Executiva e 8ª Assembleia Ordinária do Conselho de Representantes



A Fenavist realizou, no mês de junho, em Brasília, a 23ª Reunião da Diretoria Executiva e 8ª Assembleia Ordinária do Conselho de Representantes da Gestão 2022-2026, com dirigentes e representantes da entidade para discutir temas relevantes.

Entre os assuntos abordados estiveram o processo de regulamentação da Lei nº 14.967/2024, atualizações parlamentares e jurídicas, inclusão de pessoas com deficiência nas empresas do segmento, além da apresentação de iniciativas e

parceiros ligados ao desenvolvimento da atividade.

O encontro proporcionou também um espaço para alinhamento institucional e acompanhamento de pautas de interesse das empresas representadas pela Federação.

Fenavist marca presença na Exposec 2026

Entre os dias 1º e 3 de junho, a Fenavist participou da Feira Internacional de Tecnologia em Segurança 2026 (Exposec), principal evento de tecnologia e segurança da América Latina, que contou com especialistas, empresas, lideranças e profissionais do setor para debater tendências, inovações e os desafios que impactam o mercado. A entidade esteve representada por seu vice-presidente, Flávio Sandrini Baptista, além de outras lideranças e representantes setoriais.



Durante a programação, a consultora parlamentar da Fenavist, Cléria Santos, participou do painel “Estatuto da Segurança Privada: A Nova Regulação e seus Impactos no Mercado de Serviços”, trazendo uma contribuição significativa para o debate sobre os desdobramentos da nova legislação e seus impactos para o segmento da Segurança Privada.

Iº Encontro Jurídico da Fenavist fortalece debate sobre o futuro do setor



A Fenavist promoveu, em Brasília/DF, o I Encontro Jurídico da Fenavist – Gestão 2026–2030, reunindo advogados, representantes dos sindicatos filiados e especialistas para discutir os principais desafios jurídicos da Segurança Privada.

A programação abordou temas estratégicos para o setor, como a regulamentação do Estatuto da Segurança Privada, mediações pré-processuais, aprendizagem profissional, impactos das propostas de redução da jornada de trabalho,

precedentes do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e contribuição assistencial. O encontro reforçou o compromisso da Fenavist com o fortalecimento da segurança jurídica das empresas e com o alinhamento técnico das entidades que representam o segmento em todo o país.

Novo ciclo fortalece o SINDESV-MS



O presidente da Fenavist, Flávio Sandrini, participou, na última sexta-feira (31), em Campo Grande (MS), do Jantar Solene de Posse da nova diretoria do Sindicato das Empresas de Vigilância, Segurança e Transporte de Valores do Estado de Mato Grosso do Sul (SINDESV-MS), que conduzirá a entidade no quadriênio 2026-2030.

O evento reuniu empresários, autoridades e lideranças do setor, marcando o início de uma nova gestão sob a presidência do major Arquimedes Gonzaga Gonçalves. A presença da Fenavist refor-

çou o compromisso da Federação com o fortalecimento dos sindicatos filiados, a integração institucional e o desenvolvimento da segurança privada em todo o país, por meio da união de esforços em defesa das pautas estratégicas do segmento.

Fenavist realiza primeira reunião de sua Diretoria Executiva na Gestão 2026-2030

Cerca de 60 diretores participaram da primeira reunião da Diretoria Executiva da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), realizada em agosto, no Hotel Vista Azul, em Pedra Azul (ES).

É a primeira reunião sob o comando do presidente recém-empossado da Fenavist, Flávio Sandrini. Na oportunidade, foram trazidas informações sobre a Lei nº 14.967/2024, que institui o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras no Brasil, e o Decreto Regulamentador 13.012/2026, publicado no dia 9 de junho de 2026. Entre os pontos de atenção estão o papel do vigia e a falta de tolerância para com as atividades clandestinas.



Nova Presidência do Inasep

Na primeira reunião de diretoria sob o comando do presidente Flávio Sandrini, houve também a 1ª Assembleia Geral Extraordinária do Conselho de Representantes da Fenavist, quando o presidente da Federação nomeou o novo presidente em exercício, o empresário Urubatan Romero e sua diretoria para presidir o Instituto Nacional da Segurança Privada (INASEP), no período de 2026 a 2030.



Foto: Denis Santana

nexti

**Mais eficiência
para quem gerencia
centenas de postos,
escalas e colaboradores.**



IA, dados e automações avançadas

Com a **Nexti**, sua empresa tem gestão, operação e estratégia em **uma única plataforma.**



**Recrutamento
e seleção**



**Apuração de horas
e benefícios**



Admissão digital



Engajamento



Controle de jornada



**Controle externo
e checklist**

Escolha uma tecnologia preparada
para os **desafios da sua operação.**



Acesse **nexti.com** e saiba mais.



SEJANEXTI

FENAVIST FORTALECE PRESENÇA DIGITAL E AMPLIA COMUNICAÇÃO EM TEMPO REAL COM O SETOR

Redes sociais oferecem conteúdo multimídia, cobertura de eventos, análises e informações estratégicas para empresários e profissionais da Segurança Privada

Aline Ramos

A comunicação da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) entrou em uma nova fase. Com uma identidade mais moderna, dinâmica e conectada às transformações da comunicação digital, os canais oficiais da entidade passaram a oferecer uma cobertura mais ágil e multimídia dos principais acontecimentos que impactam a Segurança Privada brasileira.

Além da divulgação de notícias institucionais, as redes sociais da Fenavist reúnem vídeos, entrevistas, bastidores, coberturas em tempo real de eventos, conteúdos educativos, análises legislativas, dados do setor e informações sobre as ações desenvolvidas pela Federação em defesa das empresas de Segurança Privada e transporte de valores. O objetivo é aproximar ainda mais empresários, dirigentes sindicais, profissionais e parceiros das principais pautas que movimentam o setor.



Para a superintendente da Fenavist, Ana Paula Queiroga, uma comunicação mais atualizada avança de acordo com o crescimento da própria entidade. “A comunicação precisa acompanhar a celeridade das transformações do setor. Modernizamos nossos canais para oferecer conteúdo relevante, acessível e em diferentes formatos, aproximando ainda mais a Fenavist de seus sindicatos, empresários, profissionais e de toda a sociedade. Nosso compromisso é seguir informando com agilidade, credibilidade e inovação.”

O presidente da Fenavist, Flávio Sandrini Baptista, destaca que os veículos digitais se consolidaram como uma importante ferramenta de relacionamento institucional. “As redes sociais são um canal oficial de comunicação da Fenavist. É por meio delas que divulgamos nossas ações, pontos de vista institucionais, informações legislativas, eventos e tudo aquilo que impacta diretamente a Segurança Privada. Convido todos os empresários, sindicatos, profissionais e parceiros a acompanharem nossos canais e participarem dessa nova fase da comunicação da entidade.”

A Fenavist convida todo o setor a seguir os perfis oficiais e acompanhar, em tempo real, as principais notícias, os debates, os indicadores, as campanhas, as entrevistas e os conteúdos exclusivos sobre a Segurança Privada no Brasil.

Siga a Fenavist nas redes sociais e esteja sempre conectado com quem representa o setor.

 @fenavistoficial  @FenavistSeguranca  @FenavistSeguranca

As novas portarias da Polícia Federal, a batalha contra a clandestinidade e os cuidados que o setor deve ter

Por Éder Machado Leite e Oscar Karnal

A publicação do Decreto nº 13.012, que regulamentou o Estatuto da Segurança Privada, não encerrou o trabalho normativo do setor. Pelo contrário, deu início a uma verdadeira cascata de normas. Logo nos dias seguintes ao decreto, a Polícia Federal editou uma sequência de portarias detalhando as novas regras. E, segundo já se anuncia, uma Instrução Normativa para fiscalização deve sair em breve. Em poucas semanas, portanto, o segmento passou a conviver com um conjunto extenso de normas novas, e é sobre esse movimento que vale a pena refletir.

Chamamos de cascata regulatória justamente este encadeamento: a lei estabelece as diretrizes gerais; o decreto a regulamenta; e, abaixo do decreto, as portarias e a instrução normativa é que definem os detalhes do dia a dia. Cada degrau desce um nível de detalhamento. E, quanto mais se desce, mais próximo se chega daquilo que efetivamente pesa na operação e no custo de cada empresa. Compreender essa lógica é o primeiro passo para acompanhar bem as mudanças. Antes de tudo, porém, é preciso reconhecer o que essa cascata tem de positivo. Há décadas, o setor luta contra a clandestinidade de empresas que operam sem autorização da Polícia Federal, não qualificam seus profissionais, não recolhem tributos



nem respondem pelos riscos que criam. Enquanto a empresa regular arca com os custos da conformidade, a clandestina disputa o mesmo mercado por baixo, expondo a risco a segurança da sociedade.

O novo marco enfrenta esse problema, e isso é uma conquista da categoria. O decreto passou a permitir a lavratura de auto de encerramento da atividade clandestina e a aplicação de multas a quem organiza, oferece, contrata, presta ou executa Segurança Privada sem autorização, alcançando, portanto, não apenas o prestador irregular, mas também quem o contrata. As penalidades foram graduadas conforme o infrator, de mil a dez mil reais para a pessoa física, e de dez mil a trinta mil reais para a pessoa jurídica. Prevê-se, ainda, a apreensão dos materiais empregados na atividade irregular. Bem aplicadas, essas medidas tendem a nivelar o campo de jogo em favor de quem sempre atuou dentro da lei. Há um ponto que merece destaque especial, por representar a sensibilidade do legislador com a realidade do setor. O próprio decreto teve o cuidado de esclarecer que não se considera segurança clandestina a atividade interna de apoio realizada por empregados próprios, como conferência de estoque, atendimento ao cliente,

observação do ambiente e acompanhamento por monitoramento interno, desde que não envolva as funções privativas do vigilante.



Dr. Éder Machado Leite, da Assessoria Jurídica da Fenavist

Com isso, delimita-se com clareza o verdadeiro alvo do 1º Graduado em Direito pelo UniCEUB, especialista em Direito Internacional dos Conflitos Armados pela UnB, mestre em Direito Constitucional pelo IDP, consultor jurídico da Fenavist, detentor da honraria Comendador da Ordem do Mérito Dom Bosco, da Medalha da Ordem do Mérito do Judiciário Militar – STM e advogado Éder Machado que diz: o combate deve ser a quem exerce atividade privativa de vigilância sem autorização e não ao comerciante ou ao industrial que apenas organiza a rotina do próprio estabelecimento. É uma distinção que busca proteger o mercado sério de enquadramentos indevidos. Outro ponto bastante importante de verificar é que as portarias trouxeram muitas definições que não estavam presentes diretamente na lei e algumas nem sequer no decreto. Nas portarias, o degrau mais baixo da cascata, foram estabelecidos os requisitos concretos de formação, os documentos exigidos para registrar um gestor e as regras de funcionamento das escolas. O próprio decreto remete de forma reiterada a “ato normativo editado pela Polícia Federal” para completar

seu conteúdo, em dezenas de dispositivos. O que muda de verdade na rotina está sendo decidido, em grande medida, no plano infralegal.

Vejamos, então, o que essa cascata de normas efetivamente trouxe no plano das portarias, especificamente as editadas pela CGCSP/DPA/PF logo após o Decreto nº 13.012/2026, que foram quatro:

• **A Portaria nº 22, de 15/06/2026, estabelece os planos de curso, conteúdo programático, carga horária e demais requisitos dos cursos de formação, aperfeiçoamento e atualização dos profissionais de Segurança Privada, em substituição à antiga Portaria nº 16/2024;**

• **A Portaria nº 23, de 10/06/2026, disciplina o procedimento de registro do gestor de Segurança Privada perante a Polícia Federal e a emissão da respectiva carteira nacional, figura profissional nova trazida pela Lei nº 14.967/2024;**

• **A Portaria nº 24, de 10/06/2026, trata da modalidade de ensino semipresencial (com aulas síncronas) nas escolas de formação, restringindo-a às disciplinas teóricas dos cursos de atualização e as hipóteses excepcionais, mantendo presenciais as disciplinas de tiro e as avaliações; revogou a Portaria nº 06/2021 e tem vigência diferida para 03/08/2026 e;**

• **A Portaria nº 25, de 10/06/2026, cuida do credenciamento dos instrutores das escolas de formação, substituindo a Portaria nº 17/2024.**

Além das portarias, ainda resta pendente a publicação de uma Instrução Normativa sobre

a fiscalização e a repressão à clandestinidade, já anunciada pela PF, mas ainda não disponível. A importância que tomam os atos infr legais para a regulamentação das atividades inspira cuidados. O primeiro cuidado é com o volume e o ritmo das normas, já que se trata de uma reforma de grande magnitude, que naturalmente exige muitas regras. No entanto, as empresas regulares precisam de prazo e clareza para se adaptarem e têm direito a isso. Registrar gestores, treinar equipes, ajustar processos e contratos não se faz da noite para o dia. Cabe ao setor, por meio de seus sindicatos e de suas federações, acompanhar cada nova norma e cobrar prazos de transição razoáveis. O segundo cuidado, talvez o mais importante, é com a parte da regulamentação ainda não publicada e de grande relevância para a rotina das empresas.

O decreto cercou o combate ao clandestino de garantias que abrangem o encerramento da atividade e a apreensão de materiais no âmbito do processo administrativo, com contraditório e ampla defesa, e a garantia de que os produtos apreendidos fiquem sob custódia por prazo determinado antes de qualquer destinação. O decreto deixou, porém, para uma norma futura da Polícia Federal a tarefa de definir as infrações aplicáveis à empresa regular, os procedimentos de apuração e os critérios de cálculo das multas. Em outras palavras: o que exatamente configura infração da empresa que opera dentro da lei e o custo disso serão estabelecidos em ato ainda por publicar. Medidas severas exigem regras claras. A importância do combate à clandestinidade não pode suplantiar a relevância do direito das empresas regulares de não serem punidas por falhas pontuais apuradas em fiscalização. Nesse sentido, é fundamental que a norma vindoura traga critérios objetivos e proporcionais, para que ninguém fique à mercê de interpretações amplas demais. O mesmo deve acontecer em relação à possibilidade de cassação de registros profissio-

nais, igualmente remetida a regramento próprio pelo decreto, o qual reclama tipos bem definidos e a estrita observância do devido processo legal.

Combater a clandestinidade com rigor e proteger a empresa regular com objetividade não são objetivos opostos, mas fases harmônicas de uma boa regulação. O terceiro cuidado é com o acompanhamento permanente, que deriva justamente da importância que assumiram as portarias e a futura instrução normativa na instituição de regras para o setor. Isso demanda atenção e participação do setor, conforme já tem sido realizado ao longo de todo o processo, em que as entidades representativas tiveram voz ativa na construção das normas. Em resumo, a cascata de normas que se abriu com o Decreto nº 13.012/2026 é motivo de comemoração e de atenção. O setor conquistou instrumentos poderosos e há muito reivindicados contra um problema que o assombra há décadas, mas que exige atenção redobrada, já que é nos seus degraus mais baixos – as portarias e a instrução normativa por vir – que se define o que realmente muda no dia a dia.

É importante que as entidades representativas e as empresas mantenham um olhar atento por meio de seus setores jurídicos para fortalecer cada vez mais o compromisso de manter o padrão de seriedade e responsabilidade que sempre guiou o serviço de Segurança Privada no cenário nacional.



Dr. Oscar Karnal, da Assessoria Jurídica da Fenavist

SINDICATOS

Homenagem na ALESP celebra o Dia do Vigilante e destaca a valorização profissional do setor



A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) sediou uma sessão solene em comemoração ao Dia do Vigilante, celebrado em 20 de junho. Convocado pelo deputado estadual Capitão Telhada (PP-SP), o ato deu continuidade a uma tradição de dez anos e foi realizado em parceria entre o Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado de São Paulo (SESVESP), o Sindicato dos Empregados em Empresas de Vigilância, Segurança, Vigilância Orgânica, Prestação de Serviços, Conservação, Limpeza e Asseio de São Paulo (SEEVISSP) e a Federação dos Trabalhadores em Segurança e Vigilância Privada, Transporte de Valores, Similares e Afins do Estado de São Paulo (FETRAVESP). A solenidade reuniu sindicatos patronais e laborais para prestar reconhecimento conjunto a homens e mulheres que dedicam suas vidas à proteção de pessoas e patrimônios.

Ao todo, 38 vigilantes foram homenageados com certificados de reconhecimento por critérios de bravura, assiduidade e zelo. O evento celebrou trajetórias reais de profissionais que atuam na linha de frente do setor, o qual conta com mais de 500 mil trabalhadores regularizados no Brasil – dos quais cerca de 250 mil apenas no estado de São Paulo. Esses profissionais representam a face visível de um segmento essencial presente diariamente em agências bancárias, hospitais, shoppings e condomínios.

A solenidade também reafirmou o papel da Segurança Privada como pilar indispensável e complementar da segurança pública no país. Esse reconhecimento ganhou ainda mais relevância com o avanço na regulamentação plena da Lei nº 14.967/2024, o Estatuto da Segurança Privada, marco que moderniza a profissão do vigilante e consolida juridicamente o papel das empresas do segmento. O SESVESP e a Fenavist reiteraram o compromisso de seguir conduzindo essa agenda de aperfeiçoamento legislativo em conjunto com os sindicatos de todo o país.

Para o presidente do SESVESP, Flávio Sandrini Baptista, o encontro renovou a convicção de que o capital humano é o maior patrimônio do setor. “Embora as empresas invistam constantemente em tecnologia e gestão, é o vigilante qualificado e valorizado que sustenta a confiança da sociedade. A homenagem prestada na ALESP serviu de inspiração para que seja uma prática cotidiana dentro das organizações valorizar o profissional, fortalecendo a Segurança Privada e o desenvolvimento social do Brasil”, comentou.

SINDESP-GO e SEAC-GO inauguram ambulatório odontológico gratuito para trabalhadores da Segurança Privada e seus familiares



Em uma iniciativa para a valorização profissional e o bem-estar social, o Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado de Goiás (SINDESP-GO), em parceria com o Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação (SEAC-GO), ampliou significativamente a rede de amparo aos trabalhadores do setor. Por meio do Instituto de Apoio aos Funcionários Ativos do Setor de Terceirização de Mão de Obra (IAFAS) – braço social criado pelas entidades –, foi inaugurado um Ambulatório Odontológico que passará a oferecer atendimento totalmente gratuito para diretores, associados, colaboradores e seus respectivos familiares.

A nova estrutura de saúde reforça a atuação estratégica das entidades goianas na promoção da melhoria da qualidade de vida para a categoria da Segurança Privada. Além do novo consultório dentário, o Instituto IAFAS já mantém serviços consolidados e de grande impacto socio-

econômico, como uma farmácia que fornece medicamentos a preço de custo com entrega domiciliar gratuita, um Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT) Coletivo e um Centro de Cursos e Treinamentos Profissionais focado no constante aperfeiçoamento da mão de obra local.

Sindesp-MG realiza curso sobre o Estatuto da Segurança Privada com delegado da Polícia Federal



Delegado de Polícia Federal, Cristiano Jomar Costa Campidelli

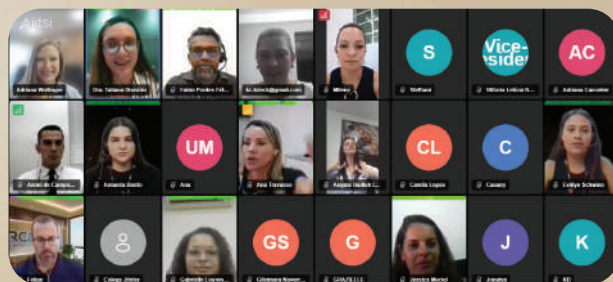
Com o objetivo de atualizar empresários e gestores sobre os principais marcos regulatórios da Segurança Privada brasileira, o Sindicato das Empresas de Segurança e Vigilância do Estado de Minas Gerais (SINDESP-MG) promoveu, no dia 26 de junho, em sua sede, em Belo Horizonte, o curso “Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras”, ministrado pelo delegado de Polícia Federal, professor, autor e palestrante Dr. Cristiano Jomar Costa Campidelli. O encontro reuniu profissionais do setor jurídico, executivos, dirigentes e empresários para uma análise técnico-jurídica da Lei e das portarias que regulamentam a atividade.

Durante a capacitação, Campidelli destacou os principais avanços proporcionados pelo Estatuto da Segurança Privada, dentre eles a consolidação da competência da Polícia Federal para autorizar e fiscalizar a atividade, além do fortalecimento do combate à clandestinidade por meio da responsabilização de empresas irregulares e de seus contratantes. O especialista também abordou os desafios de aplicar as novas regras para monitoramento de sistemas eletrônicos de segurança, apresentou as inovações introduzidas pelo Decreto nº 13.012/2026 e explicou os impactos das Portarias nº 23, 24 e 25/2026, que disciplinam temas como a formação de profissionais, o credenciamento de instrutores, a modalidade de ensino semipresencial e o registro do gestor de Segurança Privada perante a Polícia Federal.

Na formação, o delegado também esclareceu dúvidas frequentes sobre o prazo para cumprimento do previsto na legislação, ressaltou a importância de atendimento às novas normas e reforçou o papel das entidades representativas e das empresas na colaboração com a Polícia Federal para combater a atuação clandestina no setor. Segundo Campidelli, a integração entre os diversos atores da Segurança Privada contribui para fortalecer a atividade, ampliar a segurança jurídica e preservar vidas.



SINDESP-PR promove capacitação e troca de experiências no Paraná



O Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Paraná (SINDESP-PR) promoveu uma série de ações para capacitação das empresas associadas. Dentre os destaques esteve a realização da Série de Encontros de Práticas Trabalhistas, iniciativa desenvolvida para levar conhecimento prático sobre temas estratégicos da área trabalhista e contribuir para a prevenção de riscos nas relações de trabalho.

O primeiro ciclo da série reuniu três encontros. Em março, o tema foi “Como aplicar a justa causa sem erros”; em abril, os participantes aprofundaram conhecimentos sobre “Erros no controle de jornada”; e, em junho, o ciclo teve seu encerramento com o debate “Descrição de cargo malfeita: como evitar acúmulo de função e equiparação salarial”. Em todas as edições, especialistas compartilharam orientações jurídicas e operacionais, além de subsídios para uma gestão de pessoas mais eficiente e maior segurança jurídica para as empresas.

As iniciativas refletem o investimento contínuo do sindicato na disseminação de boas práticas e na qualificação do setor, com abertura de espaços de aprendizado, atualização e troca de experiências

entre os associados. “A capacitação permanente é um dos pilares para o fortalecimento das empresas e o desenvolvimento da Segurança Privada. Ao longo desse período, buscamos oferecer conteúdos práticos e alinhados às necessidades do setor, para que nossos associados estejam cada vez mais bem preparados diante dos desafios de gestão e do mercado”, afirma a executiva do SINDESP-PR, Adriana Wollinger.

Sindesp-CE realiza ações de capacitação e responsabilidade social



Participante do curso promovido pelo Sindesp-CE

O Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado do Ceará (Sindesp-CE) promoveu, ao longo do período, uma série de iniciativas para o fortalecimento das empresas associadas e o incentivo ao engajamento social do setor. Dentre os destaques estiveram a campanha “Segurança que Salva – Doe Sangue”, que mobilizou empresas, vigilantes, colaboradores e parceiros em uma ação de incentivo à doação voluntária de sangue, e a realização de um encontro técnico dedicado às novas exigências da Norma Regulamentadora nº 01 (NR-01), com a participação de profissionais de recursos humanos, gestores, especialis-

tas e representantes das empresas para debater temas sobre saúde e segurança no trabalho.

Na área de qualificação, o encontro, promovido pelo sindicato, abordou os impactos dos riscos psicossociais nas relações de trabalho, a atuação do SESMT coletivo e a organização das jornadas, e, com isso, as empresas tiveram acesso a informações atualizadas sobre as mudanças regulatórias e seus reflexos na gestão de pessoas. Paralelamente, a campanha solidária reforçou a responsabilidade social do setor por meio de ações de sensibilização, divulgação de informações sobre o processo de doação de sangue e incentivo à participação voluntária dos profissionais da Segurança Privada, em uma iniciativa para ampliar a conscientização sobre a importância da manutenção dos estoques dos hemocentros.

Para o presidente do sindicato, essas ações reforçam o compromisso da entidade em promover capacitação técnica, desenvolvimento e cidadania. “A doação de sangue é um gesto simples, mas capaz de salvar vidas. Com essa mobilização, buscamos sensibilizar nossos associados, colaboradores e parceiros para contribuírem com uma causa que faz a diferença para milhares de pessoas e reforça o papel social da Segurança Privada”, destacou o presidente do Sindesp-CE, Carlos Gualter de Lucena.





DIOGO GRACILIANO

Diretor do Sindesp - CE

A SEGURANÇA PRIVADA ATRAVESSA UM MOMENTO ÍMPAR

Aos 22 anos, Diogo Graciliano Amorim Antunes, administrador formado pela Universidade de Fortaleza (Unifor), iniciou em abril de 2026 uma nova etapa profissional no setor de Segurança Privada, passando a integrar a Diretoria Executiva do SINDESP-CE. Antes disso, acumulou experiências em shopping centers, refrigeração e negócios de beleza, em multinacionais, empresas locais e negócios próprios. “Nunca havia pensado em atuar no setor, mas, quando a oportunidade surgiu, não pude recusá-la, diante da grandiosidade do setor e do impacto que meu trabalho pode gerar na vida de tantas pessoas”, conta. Para ele, o trabalho dos executivos sindicais está ligado ao cotidiano das entidades, representando o presidente, executando as diretrizes da diretoria e fornecendo conhecimento técnico para a tomada de decisões.

“Acredito que a dignidade humana, o empreendedorismo e a geração de riqueza caminham juntos”, afirma. Inspirado na *Rerum Novarum*, de 1891, vê a atividade sindical como instrumento de equilíbrio e cooperação nas relações de trabalho. “Portanto, a atividade sindical consiste em promover a concórdia nas relações de trabalho e apoiar os seus associados, buscando facilitar e fortalecer suas atividades profissionais e, consequentemente, sua vida pessoal.”

Mesmo com poucos meses de atuação, Diogo demonstra entusiasmo com os caminhos da Segurança Privada, especialmente diante da regulamentação do novo Estatuto. “É tempo de celebrar a publicação do decreto regulamentador do novo Estatuto da Segurança Privada, fruto de anos de trabalho árduo”, destaca. Ao mesmo tempo, reconhece a necessidade de adaptação às novas regras e às tecnologias.

“Ainda há muito trabalho pela frente para que o setor se adapte plenamente ao novo Estatuto e às tecnologias que não param de surgir, fazendo com que, cada vez mais, o homem e a inteligência artificial trabalhem juntos.”

Fascinado pelo setor, destaca a confiança nas lideranças com as quais passou a trabalhar e o desejo de contribuir com as empresas de Segurança Privada do Ceará. “Saber que estou sendo dirigido por pessoas assim é verdadeiramente alentador e me faz querer melhorar a cada dia para servir às empresas de segurança privada do Estado do Ceará.”

Para o jovem executivo, o futuro também passa pela responsabilidade individual: “Encorajo também todos os que me acompanham nessa jornada a acreditarem que, desempenhando nosso trabalho diário com excelência, podemos contribuir para um Brasil mais justo, mais próspero e mais seguro”.



ALLANN FRANÇA
Presidente do Sindesp - RO

RESILIÊNCIA E INOVAÇÃO NA SEGURANÇA PRIVADA DE RONDÔNIA: A TRAJETÓRIA DE ALLANN FRANÇA

Aos 42 anos, o bacharel em Direito Allann França lidera o Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado de Rondônia (SINDESP-RO) e a Associação de Empresas de Serviço de Segurança Privada do Estado de Rondônia (AESPRO). Sua trajetória no setor começou há cerca de seis anos, por meio do convite do amigo e parceiro Stefanon Pinheiro para integrar a PVH-SEG Serviço de Vigilância Patrimonial Ltda. A experiência anterior no setor público e na área de apoio administrativo de segurança, somada à vivência operacional de mais de 20 anos de Stefanon, despertou em Allann a percepção sobre o potencial de crescimento da Segurança Privada em Rondônia e estados vizinhos. Desde então, sua atuação tem sido marcada por resiliência, trabalho e busca pela excelência.

O envolvimento com a representação empresarial surgiu de forma natural. Antes mesmo de assu-

mir a Presidência do SINDESP-RO, Allann já participava das discussões das Convenções Coletivas de Trabalho, em busca de equilibrar as demandas laborais com a realidade econômica das empresas. Para ele, a atividade sindical representa um importante instrumento de segurança jurídica e de crescimento organizado do setor, um meio de contribuir para que as empresas mantenham competitividade e conformidade com a legislação.

Olhando para o horizonte, Allann França enxerga a Segurança Privada em um momento de profunda e necessária transformação. Entre novas regulamentações e a acelerada disrupção tecnológica, ele aponta que o futuro pertence às organizações que investirem em qualificação, gestão e inovação.

Diante das transformações do setor, Allann aponta a qualificação, a gestão e a inovação como pilares para o futuro da Segurança Privada. Para o presidente do SINDESP-RO, a união entre empresários, trabalhadores e entidades representativas é fundamental para o fortalecimento coletivo. Em Rondônia, sua atuação segue focada na construção de um setor mais estruturado e preparado para os desafios da nova realidade.

FENAVIST CELEBRA NOVA DIRETORIA AO LADO DE SINDICATOS, AMIGOS E PARCEIROS



Fotos: Alan Santos



Fotos: Alan Santos



Fotos: Alan Santos

SEMEESP

Endereço: R. Bernardino Fanganiello, 691, Casa Verde Baixa, São Paulo-SP, CEP: 02512-000
 Telefone: (11) 2537-8301
 E-mail: adm@semeesp.com.br
 Presidente: Autair Luga

SESVESP

Endereço: R. Bernardino Fanganiello, 691, Casa Verde Baixa, São Paulo-SP, CEP: 02512-000
 Telefone: (11) 3858-7360
 E-mail: sesvesp@sesvesp.com.br
 Presidente: Flávio Sandrini Baptista

SINDESP/AC

Endereço: Rua Alameda Portugal, 640, Jardim Europa, Rio Branco-AC, CEP: 69.915-44
 E-mail: sindesp2018ac@gmail.com
 Presidente: Luiz Ivan da Silva Araújo

SINDESP/AL

Endereço: Rua Dr. Luis Pontes de Miranda, nº 36, Ed. Delmiro, Sl. 305, Centro, Pça. Palmares, Maceió-AL, CEP: 57020-140
 Telefone: (82) 3326-1325
 E-mail: sindesp.al@gmail.com
 Presidente: Marcus Vinicius C. do Nascimento

SINDESP/AM

Endereço: Rua Belo Horizonte, 19, Sala 717, Ed. The Place Business Center, Adrianópolis, Centro, Manaus-AM, CEP: 69057-060
 Telefone: (92) 3613-1213
 E-mail: sindespam@sindespam.com.br
 Presidente: Carlos Anselmo de Sousa

SINDESP/AP

Endereço: Rua Jovino Dinoá, nº 1770, Condomínio Marnazul, Sala 4, Central, Macapá-AP, CEP: 68160-150
 Telefone: (96) 2101-3308
 E-mail: sindesp-ap@hotmail.com
 Presidente: Luis Fernando de Azevedo da Silva

SINDESP/BA

Endereço: Av. Tancredo Neves, nº 274, Bloco "B", Centro Emp. Iguatemi, Sl. 421/422, Pituba, Salvador-BA, CEP: 41820-020
 Telefone: (71) 3450-0411/0563
 E-mail: assistente@sindesp-ba.com.br
 Presidente: Lauro Santana

SINDESP/CE

Endereço: Rua Pereira Filgueiras, 2020, Sl. 303/304, Aldeota, Fortaleza-CE, CEP: 60160-150
 Telefone: (85) 3244-5599
 E-mail: sindesp-ce@fortalnet.com.br
 Presidente: Carlos Gualter Gonçalves de Lucena

SINDESP/DF

Endereço: SAAN Quadra 03, Lote 1300, Brasília-DF, CEP: 70632-300
 Telefone: (61) 3233-9922/8338
 E-mail: sindesp@sindesp-df.com.br
 Presidente: Luis Gustavo Silva Barra

SINDESP/ES

Endereço: Rua Alberto de Oliveira Santos, 59 – Edifício Ricamar, sala 1603 - Centro - CEP: 29010 908 Vitória/ES - Telefone: (27) 3325-5025
 E-mail: sindespdm@terra.com.br
 Presidente: Jacymar Daffini Dalcamini

SINDESP/GO

Endereço: Rua dos Bombeiros, nº 128, Qd. 248, Lts. 12/14/15, Pq. Amazônia, Goiânia-GO, CEP: 74835-210
 Telefone: (62) 3218-5946/5174
 E-mail: sindespgoias@uol.com.br
 Presidente: Ivan Hermano Filho

SINDESP/MA

Endereço: Edifício Tech Office, Ponta D'Areia, Avenida dos Holandeses, nº 06, Sala 509/510, 5º Andar, Centro, São Luís-MA, CEP: 65077-357
 Telefone: (98) 3221-4557
 E-mail: sindespma@bol.com.br
 Presidente: Rafael Mendes Alcântara Gomes

SINDESP/MG

Endereço: Av. Raja Gabágia, 2000, Torre 1, Sala 334, Estoril, Belo Horizonte-MG, CEP: 30494-170
 Telefone: (31) 3327-5300
 E-mail: sindesp-mg@sindesp-mg.com.br
 Presidente: Renato Fortuna

SINDESP/MS

Endereço: Rua Japão, 815, Jóquei Club, Campo Grande-MS, CEP: 79.080-450
 Telefone: (67) 3222-5422/99245-0307
 E-mail: secretariaexecutiva@sindesvms.com.br
 Presidente: Major Arquimedes Gonzaga Gonçalves

SINDESP/MT

Endereço: R. Desembargador Ferreira Mendes, 233, Ed. Master Center, Sl. 2/3, Centro Sul, Cuiabá-MT, CEP: 78020-200
 Telefone: (65) 3027-6607/3607
 E-mail: secretaria@sindesp-mt.com.br
 Presidente: Angelo Roberto Jacomini

SINDESP/PA

Endereço: Travessa Vileta, 2.152, Marco, Belém-PA, CEP: 66093-345
 Telefone: (91) 3246-3436
 E-mail: gerencia.sindesp@sindesp-pa.com.br
 Presidente: Henrique Cypriano do Nascimento

SINDESP/PB

Endereço: Av. Dom Pedro II, 1269, Sala 802/803, Ed. Síntese, Centro, João Pessoa-PB, CEP: 58013-000
 Telefone: (83) 3241-6466/6489
 E-mail: sindesp-pb@hotmail.com
 Presidente: Andréa Carla Gomes Ferreira

SINDESP/PE

Endereço: Av. Agamenon Magalhães, 2764, Sala 103, Ed. Emp. Ant. Albuquerque Galvão, Espinheiro, Recife-PE, CEP: 52020-000
 Telefone: (81) 3421-4520 e 3423-5032
 E-mail: sindesp@sindesp-pe.com.br
 Presidente: Agostinho Rocha Gomes

SINDESP/PI

Endereço: Ed. Manhattan River Center, Torre 1, Sala 1111, Av. Senador Arêa Leão, 2185, São Cristóvão, Teresina-PI
 Telefone: (86) 2106-0924
 E-mail: asindesp.pi@outlook.com
 Presidente: Alípio José Castelo Branco Junior

SINDESP/PR

Endereço: Rua João Parolin, nº 1416, Parolin, Curitiba-PR, CEP: 80220-290
 Telefone: (41) 3233-6880
 E-mail: sindesp@sindesp-pr.org.br
 Presidente: Leonardo Vieira

SINDESP/RJ

Endereço: Av. Paulo de Frontin, 383, Rio Comprido, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20261-240
 Telefone: (21) 2293-4354
 E-mail: sindesp-rj@sindesp-rj.com.br
 Presidente: Aldair Neves Pinto Júnior

SINDESP/RN

Endereço: Avenida Amintas, 3700, Corporate Tower Center, Torre Business (Torre B), 18º andar, Sala 1806, Lagoa Nova, Natal-RN, CEP: 59075-810
 Telefone: (84) 3217-0476
 E-mail: sindesprn@hotmail.com
 Presidente: Edmilson Pereira de Assis

SINDESP/RO

Endereço: Avenida Amazonas, 9069, Socialista, Porto Velho-RO,
CEP: 76828-870
Telefone: (69) 3226-6269
E-mail: sindespo_sindesp@hotmail.com
Presidente: Allann França

SINDESP/RR

Endereço: Rua Rondônia, nº 857, Bairro dos Estados, Boa Vista-RR,
CEP: 69305-500
Telefone: (95) 3224-8109
E-mail: julio.barreto@prosecur.com
Presidente: Carlos Anselmo de Sousa

SINDESP/RS

Endereço: Av. Getúlio Vargas, 1570, Sala 207, Porto Alegre-RS,
CEP: 90150-004
Telefone: (51) 3233-7172
E-mail: sindesprs@sindesp.com.br
Presidente: Silvio Renato Medeiros Pires

SINESVINO

Endereço: Rua Julio de Castilhos, 651, Sala 109, Centro, Farroupilha-RS,
CEP: 95180-000 - Telefone: (54) 3268-6555

Telefone: (54) 3268-6555

E-mail: sindicato.sinesvino@gmail.com
Presidente: Gilberto Perera

SINDESP/SC

Endereço: R. Deodoro, 226, Ed. Marco Pólo, 4º Andar, Centro, Florianópolis-SC, CEP: 88010-020
Telefone: (48) 3223-1678/1393
E-mail: sindesp@sindesp-sc.org.br
Presidente: Dilmo Wanderley Berger

SINDESP/SE

Endereço: Rua Terezinha da Costa Santos, 347, Jardim Alvorada, Aracaju-SE,
CEP: 49045-133
Telefone: (79) 3231-5971
E-mail: administracao@sindesp-se.com.br
Presidente: Antonio Fernando Pereira de Carvalho

SINDESP/TO

Endereço: Quadra 204 Sul, Alameda 13, Lote 02, (antiga ARSE 21), Palmas-TO, CEP: 77020-476
Telefone: (63) 3214-6593
E-mail: sindesppto@uol.com.br
Presidente: Wanderson Rocha Araujo



Fique ligado na nossa
Agenda

SETEMBRO**DIA 9****• Período da Manhã**

Reunião do Conselho Gestor da Gestão 2026/2030

OUTUBRO**DIA 07 a 10****• Período da Manhã e Tarde**

45º Encontro dos Executivos dos Sindicatos de Empresas de Asseio e Segurança (GEASSEG)

DIA 13**• Período da Tarde**

Workshop "Negociação Coletiva Estratégica: Gerando Valor para Empresas, Trabalhadores e Sindicatos"

DIA 14**• Período da Manhã**

Reunião da Diretoria Executiva da Gestão 2026/2030

DIA 21

Seg Summit 2026

NOVEMBRO**DIA 6****• Períodos da manhã e da tarde.**

II Encontro do Jurídico FENAVIST

DIA 23**• Período da Tarde**

Reunião de Diretoria do INASEP e Assembleia Geral Ordinária – Aprovação do Orçamento 2027

DIA 24**• Período da Manhã**

Reunião de Diretoria da FENAVIST e Assembleia Geral Ordinária – Aprovação do Orçamento 2027

• Período da Noite

Jantar de Confraternização de Final de Ano da Fenavist



**Informação, acolhimento e
proteção no enfrentamento à
violência contra a mulher.**



A violência contra a mulher pode acontecer de diferentes formas:
física, psicológica, verbal, patrimonial, financeira.

Muitas vezes, os sinais aparecem no medo, no isolamento, no controle excessivo e nas ameaças constantes.

Você não precisa enfrentar isso sozinha.

Profissionais da Segurança Privada podem atuar como ponto de apoio em situações de risco, ajudando no acolhimento e no acionamento das autoridades competentes.

! CANAIS DE APOIO

- **Emergência: Polícia Militar – 190**
- **Ligue 180** – orientação e apoio à mulher em situação de violência
- Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher